

**Nº07 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 05 de abril
de 2018. -----**

Aos cinco dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Vice-presidente da Câmara, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dois de abril de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. NUNO VAZ RIBEIRO. --
De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, irá estar ausente da presente da reunião ordinária, por se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

Na ausência do Presidente da Câmara, a presente reunião foi presidida, pelo Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, substituto legal daquele. -----

II - AUSÊNCIA DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, SENHORA DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

De acordo com a informação prestada, sobre a matéria, pelo Vice-Presidente da Câmara, a Vereadora do Partido Social Democrata, Senhora Dra. Maria Manuela Pereira Tender, irá estar ausente, da presente reunião ordinária do Executivo Camarário, atendendo à sua agenda parlamentar programada, para o dia de hoje, a qual inclui uma reunião de Direção do Grupo Parlamentar às 09:00 horas e de Grupo Parlamentar às 11:00 horas e plenário de tarde. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vice-presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Seminário sobre Regeneração Urbana - Sobre esta matéria, o Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento, ao Executivo Municipal, da realização, no próximo dia 10 de abril, de um seminário, organizado pelos serviços municipais responsáveis, sobre a temática relacionada com a regeneração urbana e reabilitação da Zona Histórica da Cidade de Chaves. -----

Neste contexto, o Vice-presidente da formulou convite, a todos os Vereadores presentes, em vista à sua participação, em tal fórum. ----

2 - Festividade da Senhor das Brotas - Sobre esta matéria, o Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento da realização das Festividades da Senhora das Brotas, evento que, honrando a tradição, irá ter lugar, no próximo fim de semana, prolongando-se, até à próxima segunda feira. Do programa das festividades consta, como já é tradição, a realização de uma missa e de uma procissão e, bem assim, o habitual convívio das "merendas". -----

3 - Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso - Sobre esta matéria, o Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo Municipal, da atribuição de uma distinção ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. -----

De facto, o Museu foi distinguido com o prémio de melhor empreendimento do ano de 2018, e cujo projeto é da autoria do Arq. Álvaro Siza Vieira. O projeto venceu o prémio na categoria de equipamentos coletivos. --- Tal prémio foi atribuído na gala do Prémio Nacional do Imobiliário 2018, a qual decorreu, na passada terça feira, em Cascais. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR ENG. VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. Victor Augusto Costa Santos, tendo abordado, verbalmente, o seguinte assunto relacionado com a abastecimento público de água à localidade de Escariz: -----

1 - Como é do conhecimento público, o problema do fornecimento de água à localidade de Escariz, já se arrasta há vários anos. -----

2 - A Autarquia veio a ser objeto de instauração de um processo contra-ordenacional, da iniciativa do "ERSAR", processo esse que se encontra, ainda, em tramitação. -----

3 - Atualmente, o Município está a fornecer água à localidade de Escariz, dia sim, dia não, com a colaboração da Corporação de Bombeiros. -----

4 - Encontra-se, em fase de instalação, um reservatório com maior capacidade de armazenamento de água - 10.000 litros -, havendo a convicção técnica de que tal solução possa ser satisfatória e para o fim em vista. -----

5 - Dever-se-ão, ainda, registar algumas dificuldades na materialização do sistema de captação de água para a localidade do Concelho, em causa. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 22 de março de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. EHATB, EIM, SA - DOSSIER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Nos termos das disposições legais aplicáveis à atividade empresarial local, alínea d), do nº 1, do artigo 42º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, cumpre-nos remeter os documentos de prestação de contas da EHATB, EIM, SA - Empreendimentos Hidroelétricos do alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A., ao órgão deliberativo das entidades públicas participantes no capital social.-----

Nesse sentido, juntamos uma cópia do dossier de prestação de contas de 2017, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas, que inclui: ---

- Relatório de Gestão; -----
- Demonstrações Financeiros; -----
- Anexo às Demonstrações Financeiros; -----
- Relatório e Parecer do Fiscal Único; -----
- Certificação de Contas. -----

Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos, -----
Ribeira de Pena, 21 de março de 2018. -----
O Diretor -----

(António Manuel Carvalho Rodrigues, Eng.º) -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 28.03.2018 -
À Reunião do Executivo Municipal para deliberação e posterior remessa para o respetivo Órgão Deliberativo Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os documentos de prestação de contas da EHATB, EIM, SA, devendo os mesmos, nos termos legais, ser remetidos para a próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, em vista ao seu sancionamento administrativo. -----

2.2. EHATB, EIM, SA. - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 4º TRIMESTRE 2017. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Nos termos das disposições aplicáveis à atividades empresarial local, alínea e, do nº 1, do artigo 42, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, cumpre-nos remeter os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental da EHATB, EIM, SA - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A., ao órgão deliberativo das entidades públicas participantes no capital social.-----

Nesse sentido, juntamos uma cópia do relatório de execução orçamental reportado ao 4º trimestre de 2017. -----

Sem outro assunto, com os melhores cumprimentos -----
Ribeira de Pena, 21 de março de 2018 -----
O Diretor -----
(António Manuel Carvalho Rodrigues, Eng.º) -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 28.03.2018 -
 À Reunião do Executivo Municipal para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.3. PROPOSTA PARA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA COMPONENTE N° 1 -
"REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA E CONSTRUÇÃO E/OU REQUALIFICAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS" DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) DE CHAVES".
PROPOSTA N.º 22/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Exposição-----

1. Considerando que, por deliberações exaradas nos dias 17 e 30 de abril de 2014 a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, respetivamente, aprovaram a proposta n.º 51/GAP/2014, datada de 4 de abril de 2014, a qual consubstanciou a aprovação do Regulamento do Orçamento Participativo de Chaves;-----

2. Considerando que, sob proposta do Conselho do Orçamento Participativo, o clausulado do referido Regulamento veio a ser alterado conforme proposta de deliberação n.º 25/GAP/2015, de 6 de abril de 2015, submetida à Câmara Municipal e Assembleia Municipal nos dias 10 e 29 de abril de 2015, respetivamente, e posteriormente mediante proposta de deliberação n.º 8/GAP/2016 de 29 de janeiro de 2016, submetida aos mencionados órgãos nos dias 5 e 17 de fevereiro de 2016, respetivamente;-----

3. Considerando que, o Orçamento Participativo de Chaves é um processo democrático de participação, que visa promover o envolvimento dos cidadãos na estratégia de governação local do concelho, consolidando a ligação entre a autarquia e os munícipes e, com isso, reforçar os mecanismos de transparência e de credibilidade da administração; -----

4. Considerando que, até à presente data, nenhuma das propostas vencedoras da Componente N° 1 - *"Requalificação Urbanística e Construção e/ou Requalificação de Equipamentos Públicos"* das edições de 2014, 2015, 2016 e 2017 do Orçamento Participativo foi executada;-----

5. Considerando que, ao abrigo da Cláusula 10ª, ponto n° 2, das Normas de Participação do Orçamento Participativo, *"as componentes sobre as quais deve recair a apresentação de propostas, de acordo com as áreas de intervenção do Município, e a verba disponível para o Orçamento Participativo de Chaves, em regime de codecisão, serão definidas anualmente na fase de conceção, conforme a alínea a), do nº1, da cláusula 5ª deste Regulamento"*; -----

6. Considerando que, em sede de reunião do Conselho do Orçamento Participativo, realizada em 23-03-2018, foi aprovada a necessidade de suspensão temporária da *"Componente N°1 - Requalificação Urbanística e Construção e/ou Requalificação de Equipamentos Públicos"* do Orçamento Participativo de Chaves até que sejam executadas as obras resultantes dos projetos vencedores da Componente N° 1 do OP, de forma a ganhar a confiança dos flavienses no que concerne a este processo democrático de participação;-----

7. Considerando que, para a execução dos quatro projetos vencedores (na primeira na edição a título experimental (2014) e os restantes três nas edições participativas) deverá ser afeto um orçamento de 734.000€. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, atendendo às razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de: -----

a) Aprovar a suspensão temporária da execução da Componente N° 1 - *"Requalificação Urbanística e Construção e/ou Requalificação de Equipamentos Públicos"* do Orçamento Participativo de Chaves, de acordo com a Cláusula 10ª, ponto n° 2 das Normas de Participação do Orçamento Participativo, onde se pode ler que *"as componentes sobre as quais deve recair a apresentação de propostas, de acordo com as áreas de intervenção do Município, e a verba disponível para o Orçamento Participativo de Chaves, em regime de codecisão, serão definidas anualmente na fase de conceção, conforme a alínea a), do nº1, da cláusula 5ª deste Regulamento"*;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o assunto constante da presente Proposta ser agendado para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, para conhecimento do aludido órgão deliberativo da Autarquia. -----

Chaves, 28 de março de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, (Nuno Vaz) -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo, sobre a matéria, em apreciação, esgrimido os seguintes argumentos: -----

1 - A ação integrada na componente 1 do Orçamento Participativo, relacionada com a requalificação urbanística da Rua da Ermida, em Vidago, não está atrasada. -----

2 - De facto, tal ação foi selecionada, no âmbito do OP-2017 para ser executada, em 2018, no valor orçamentado de 250.000,00 euros. -----

3 - Na votação do OP-2016, foi selecionada, nesta componente, a construção de um Canil Municipal. -----

4 - O referido Canil Municipal não foi construído, no ano de 2017, atendendo ao facto de promotor e, bem assim, da Associação responsável, terem ficado responsáveis, pela elaboração do projeto de execução da respetiva obra, projeto esse que veio a ser, muito recentemente, aprovado. -----

5 - O valor orçamentado para o aludido projeto é de 190.000,00 euros.

6 - Relativamente à construção da Eco pista termal, entre a Av. Conde Caria e o Balneario Termal de Vidago, projeto selecionado, no âmbito do OP-2015, tal obra não foi colocada a concurso, considerando a expectativa da mesma poder ser financiada, no âmbito do programa Intereg. -----

7 - Tal candidatura acabou por não ser aprovada e, consequentemente, veio a ser promovido concurso público para a adjudicação da correspondente empreitada, o qual veio a ficar deserto. -----

8 - Sequencialmente, à luz das regras da contratação pública, veio a ser despoletado um novo procedimento, agora de Ajuste Direto, com convite a várias entidades, o qual acabou por não ter, também, adjudicação. -----

9 - Tal ação encontra-se orçamentada no valor correspondente a 244.000,00 euros. -----

10 - Relativamente ao OP-2014, a decisão consubstanciada na seleção das ações centradas na componente n.º 1, decisão essa sufragada, em Reunião deste Executivo, a mesma integrava duas obras públicas, a saber: -----

- Iluminação das Pontes (Ponte Romana, Pedonal, Barbosa Carmona e São Roque), ação orçada no valor de 200.000,00 euros, ação essa que já se encontra executada; -----

- Construção de Balneários, no Campo de Futebol de Praia, ação orçada no valor de 50.000,00 euros, sendo certo que o projeto apresentado, pela entidade promotora, acabou por não ser aprovado, atendendo ao facto do mesmo não cumprir os regulamentos aplicáveis, em matéria de equipamentos desportivos. -----

De seguida, usou da palavra, o Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - A decisão, ora, em apreciação centra-se, sobretudo, no plano da disponibilidade financeira da Autarquia, pressuposto indispensável à boa execução das ações selecionadas, no âmbito do Orçamento Participativo. -----

2 - Tudo isto porque a reserva de valores, destinada ao Orçamento Participativo, não foi garantida pelo anterior Executivo, realidade que compromete o financiamento dos projetos selecionados. Diversas vezes se referiu essa necessidade enquanto se verificar que a garantia de financiamento não se salvaguardou. -----

3 - Por outro lado, a situação financeira da Autarquia alterou-se, particularmente, com o aumento do serviço da dívida municipal, como consequência, direta e necessária, de novas despesas municipais que vão exigir um esforço financeiro suplementar do Município, designadamente, na área das expropriações dos terrenos da Fundação Nadir Afonso e "Polis" e na gestão financeira dos projetos "PAMUS". -

4 - A medida, ora, proposta tem em vista, sobretudo, honrar os compromissos assumidos, pelo Município, perante os cidadãos, no âmbito do Orçamento Participativo, devendo a Autarquia estar dotada em edições futuras de uma reserva financeira que possa fazer face ao financiamento das ações selecionadas pelos cidadãos. -----

5 - Há, assim, uma impossibilidade real de dar execução a todas as ações selecionadas, no âmbito do Orçamento Participativo, por razões de natureza, exclusivamente, financeira, assunto para o qual sempre alertou enquanto Vereador no anterior mandato, mas que o Executivo anterior não atendeu. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, tendo tecido, sobre a matéria, em apreciação, os seguintes comentários: -----

1 - Subscrive, na íntegra, os argumentos, anteriormente, invocados, pelo Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira. --

2 - Entende, parcialmente, o mérito e/ou a razoabilidade da proposta, em apreciação. -----

3 - Todavia, a suspensão temporária substantivada, na proposta, em apreciação, não está, temporalmente, delimitada e/ou calendarizada, podendo até, em tese, ser uma suspensão por tempo indeterminado, facto que não pode merecer o seu acolhimento e justifica, por isso, a sua posição de abstenção, sobre a matéria. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vice-Presidente da Câmara, Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido, adicionalmente, os seguintes comentários, sobre a matéria, em apreciação: -----

1 - A questão, anteriormente, suscitada, pelo Vereador Arq. Carlos Penas, correlacionada com a falta de limitação temporal da suspensão do Orçamento Participativo, com incidência, exclusiva, na componente

n.º 1, é matéria que poderá vir a merecer a devida intervenção da Assembleia Municipal. -----

2 - De facto, este assunto irá ser agendado, para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, para conhecimento do aludido Órgão deliberativo. -----

3 - Para um melhor esclarecimento da matéria, em análise, o Vice-Presidente da Câmara disponibilizou, para consulta de todos os Vereadores, um quadro sinótico com a identificação de todas as ações selecionadas, nas respetivas componentes, no âmbito do Orçamento Participativo, informação essa complementada com o Valor do Orçamento, por ação, e seu estado de execução, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais, o qual passa a integrar a instrução da proposta, em apreciação. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra o Vereador do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, adicionalmente, os seguintes comentários, sobre a matéria, em apreciação: -----

1 - O argumento centrado no facto de existirem projetos em atraso, no âmbito da execução do Orçamento Participativo, não pode atingir o projeto selecionado, no ano de 2017, relacionado com a Requalificação urbanística da Rua da Ermida, em Vidago, considerando que o mesmo, orçado no valor de 250.000,00 euros, apenas tem de ser executado, durante o corrente ano de 2018. -----

2 - Subscreve o sentido da declaração apresentada, sobre a matéria, pelo Vereador, Arq. Carlos Penas. -----

3 - O atraso na execução dos projetos integrados, na componente 1, do Orçamento Participativo dos anos de 2014, 2015, 2016, correspondem ao valor de investimento público de 484.000,00 euros. -----

4 - Pelas razões expostas, a sua posição é de abstenção, relativamente à matéria, em apreciação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção dos Vereadores do Partido Social Democrata, Senhor Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira e Senhor Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -

2.4. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO VEREADOR PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA, DE ACORDO COM O PREVISTO NO N.º 1, DO ART.º 6º, DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA E NUMERAÇÃO DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 23/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Do enquadramento e justificação da proposta: -----

Considerando que a nova Lei das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), mantém a competência, em matéria de toponímia, na esfera da Câmara Municipal, conforme previsto na alínea ss) do n.º 1, do artigo 33º, com possibilidade de delegação no Presidente e subdelegação nos vereadores, nos termos do n.º 1 do artigo 34º. -----

Considerando que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, por deliberações de 8 de maio de 2012 e 27 de junho de 2012, respetivamente, aprovaram a alteração do nº 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Toponímia Municipal e Numeração de Polícia. Considerando que por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião ordinária realizada, no pretérito dia 14 de fevereiro de 2014, veio a ser, administrativamente, aprovada proposta consubstanciada, precisamente, na constituição dos elementos da comissão municipal de

toponímia, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal, em vigor, sobre matéria. -----

À luz de tal deliberação, tal comissão tem a seguinte composição: ---

- Vereador responsável pela área de intervenção municipal da Gestão Urbanística; -----

- Vereador que não se encontre em regime de meio tempo ou tempo inteiro; -----

- Presidente da Assembleia Municipal: -----

- Chefe da Divisão de Desenvolvimento Sociocultural; -----

- Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano; -----

- Um representante do Grupo Cultural "Aquae Flaviae". -----

Assim, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Chaves, e, tendo em conta as alterações na composição dos respetivos órgãos, em resultado das últimas eleições autárquicas de 2017, realizadas no dia 1 de outubro, pretende-se promover as diligências necessárias para a designação do Vereador que não se encontre em regime de meio tempo ou tempo inteiro para integrar a Comissão Municipal de Toponímia. ---

II - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, atendendo às razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal que tome deliberação no sentido de: -----

Designar o Senhor Vereador Arquiteto Carlos Augusto Castanheira Penas, Vereador que não se encontra em regime de meio tempo ou tempo inteiro, para integrar a aludida Comissão Municipal. -----

Chaves, 2 de abril de 2018. -----

O Vice-Presidente da Câmara Municipal, na ausência do Presidente ----
(Dr. Francisco Chaves de Melo) -----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 5 -----

Voto em Branco - 0 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -. EXECUTADO: SANDRA SOFIA GONÇALVES VALENTE INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 64/DAF/2018. -----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência do requerimento subscrito por Sandra Sofia Gonçalves Valente, contribuinte n.º 272584901, documento com registo de entrada nos serviços desta Autarquia Local n.º 2732/18, datado do pretérito dia 08/03/2018, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização de pagamento em prestações do valor em dívida, a título de dívidas relativas a consumos de água efetuados e não pagos, referentes ao contrato de abastecimento de água com o Código de Cliente n.º 316175.

2. A requerente juntou, para o efeito, Declaração Modelo 3, de IRS, referente ao ano de 2016, donde resulta um resultado líquido negativo no referido período. -----

3. A dívida, em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local. -----

4. Ora, atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no nº1, do art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal. -----

5. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, ou a pessoa que pretenda assumir a dívida, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização**, nos termos do disposto no nº 5, do art. 196º do CPPT. -----

6. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

7. Ora, de acordo com os elementos constantes no presente processo, contante do presente processo administrativo encontra-se em execução fiscal o valor de €1.057,98, correspondendo €88.25 a juros¹ e €198.46 a custas com o processo de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local. -----

8. Considerando que os juros não são contabilizados para efeitos de cálculo das prestações, a dívida passível de faseamento corresponde a 969.73€. -----

9. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária não **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 10 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

10. Sendo certo, porém, que será possível, à luz do critério do valor de cada prestação, fasear o pagamento em 9 prestações mensais. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

¹ Sendo certo que os valores em causa podem sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que a requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

- a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada no deferimento da pretensão da requerente, de acordo com o quadro legal e regulamentar aplicável, e consubstanciada no pagamento da quantia em dívida em dez prestações mensais, de acordo com o plano de pagamentos cujo teor se anexa à presente informação, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----
- b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º 8, do artigo 196.º, do CPPT;
- c) Por força do disposto no n.º 5, do artigo 198.º, do CPPT, **a requerente está dispensada de prestar garantia;** -----
- d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----
- e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----
- f) De imediato, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Presidente da Câmara, Nuno Vaz. -----
- É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----
- À consideração superior. -----
- Chaves, 22 de março de 2018. -----
- O Técnico Superior Jurista -----
- (Dr. Marcos Barroco) -----

PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES -----

N.º de Prestação	Valor	Data
1	107.81€	08/04/2018
2	107.74€	08/05/2018
3	107.74€	08/06/2018
4	107.74€	08/07/2018
5	107.74€	08/08/2018
6	107.74€	08/09/2018
7	107.74€	08/10/2018
8	107.74€	08/11/2018
9	107.74€	08/12/2018
10	107.74€	08/01/2019

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 23-03-2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. EXTINÇÃO DE LICENÇA DE USO PRIVATIVO PARA A OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA DESTINADA À INSTALAÇÃO DE QUIOSQUE. LOCAL: - LARGO DO HOSPITAL; INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 68/DAF/2018. -----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Preliminares -----

1. Na sequência da informação n.º 57/2018, Zona Norte, produzida pelo Sector de Fiscalização Municipal, e relativa ao assunto identificado em epígrafe, foi solicitada a estes Serviços a emissão de competente parecer técnico-jurídico. -----

2. Assim, dando cumprimento a tal pedido, abaixo se apresenta, sobre a matéria, o seguinte parecer: -----

II - Dos Factos -----

1. Com vista a garantir um adequado enquadramento factual da matéria ora controvertida, importa visitar os seguintes factos: -----

2. Helena Flora Rodrigues é titular do direito de uso privativo, relativo à ocupação da via pública, na qual tem instalado um quiosque, muito concretamente, no Largo do Hospital, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves. -----

3. Acontece, porém, que, na presente data, verifica-se que o quiosque em causa se encontra encerrado, sem qualquer tipo de atividade². ----

4. Neste contexto, a Chefe de Divisão de Administração e Fiscalização formulou um pedido de parecer técnico-jurídico a estes Serviços, no sentido de ser determinado o enquadramento legal do caso individual e concreto ora em apreciação. -----

5. É, pois, na sequência deste pedido de parecer que se apresentam, de seguida, as considerações e conclusões que reputamos de pertinentes no caso sub-judice. -----

III - Antecedentes Prévios -----

1. No dia 29 de janeiro de 2013, a Fiscalização Municipal, através da Informação n.º 9/2013, produzida pelo Sector de Fiscalização Municipal, constatou que o quiosque instalado no Largo do Hospital, explorado por Helena Flora Rodrigues, se encontrava vazio e sem produtos de venda, ou seja, encerrado. -----

2. Nestes termos, e na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2013/03/18, a qual recaiu sobre a Informação nº 22/DAF/13, produzida por estes serviços, no dia 1 de março de 2013, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de extinguir a licença de uso privativo atribuída a Helena Flora Rodrigues, com base nas razões invocadas na referida Informação. -----

3. Sequencialmente, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 100º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos n.º 1594, datado do pretérito dia 10 de abril de 2013, a peticionária veio alegar o seguinte: -----

"(...) vem requer a V. Exa. a prorrogação da Licença por período não inferior a mais três anos tendo em conta que pretende ainda este mês abrir o quiosque ao público. -----

A requerente encerrou a sua atividade por razões de saúde pretendendo ser ela própria a explorar o negócio novamente. -----

² Veja-se, neste sentido, a Informação n.º 57/2018, Zona Norte, produzida pelo Sector de Fiscalização Municipal. -----

5. Na sequência de tais alegações, o órgão executivo municipal, em sede de sua reunião ordinária realizada no dia 3 de junho de 2013, veio a tomar deliberação consubstanciada na manutenção da licença de uso privativo concedida a Helena Flora Rodrigues, plenamente válida, desde que a titular do direito de ocupação reabrisse o quiosque, em causa, no prazo de trinta dias. -----

6. Caso se verificasse que a titular do direito de ocupação, findo o referido prazo, mantinha o quiosque encerrado, dever-se-ia proceder à extinção da respetiva licença de uso privativo, sem mais. -----

7. No dia 19 de julho de 2013, a fiscalização municipal constatou que o quiosque se encontrava vazio e sem produtos de venda, ou seja, encerrado, conforme comprova a informação/proposta n.º 160/2013. ----

8. Partindo de tal enquadramento, veio a ser elaborada, no dia 26/08/2013, a Informação n.º 73/2013, propondo o agendamento do assunto, em causa, para reunião do órgão executivo municipal, em vista à extinção, imediata, da licença de uso privativo emitida a favor de Helena Flora Rodrigues. -----

9. Contudo, o processo administrativo, em causa, bem como a retrocitada informação³, apenas vieram a ser devolvidos aos serviços administrativos da Divisão de Administração e Fiscalização, no dia 18/10/2017, conforme auto de entrega datado do mesmo dia. -----

10. Assim, e partindo dos factos acima revisitados, emite-se a presente informação: -----

IV - Do Direito -----

1. O art. 27º, do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de Agosto, dispõe, expressamente, que "os particulares podem adquirir direitos de uso privativo do domínio público por licença ou concessão". -----

2. Por sua vez, o art. 28º, do retrocitado diploma legal, prevê a constituição de poderes exclusivos de fruição de bens do domínio público, através de dois mecanismos, muito concretamente, através de ato ou contrato administrativo, e atribui a tal fruição as seguintes características: -----

a) É sempre concedida por um período determinado de tempo; -----

b) Encontra-se sujeita ao pagamento de taxas. -----

3. Refira-se, todavia, que a licença de uso privativo confere ao seu titular o direito de utilização exclusiva em relação à parcela de terreno em questão, integrado no domínio público, não podendo, por isso, a aludida licença ser utilizada para fins diferentes dos que constarem no título constitutivo. -----

4. Nestes termos, no caso sub-judice, o direito de uso privativo abrange, apenas, o direito de instalar na via pública o quiosque, em causa, para fins comerciais. -----

5. A verdade é que, considerando a natureza jurídica da licença de uso privativo prevista no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, conferindo ao seu beneficiário a utilização, a título precário, dum espaço de domínio público, o Município pode extinguir, a qualquer momento, os direitos de uso privativo constituídos por força da emissão das respetivas licenças sempre que as parcelas dominiais sejam necessárias, de acordo com o disposto no art. 29º do mesmo diploma legal. -----

6. Também sobre esta matéria, o artigo 30º, do Regulamento de Liquidação e Cobrança Taxas Municipais, em vigor no Concelho de Chaves, determina que todas as licenças, incluindo as licenças de uso privativo, concedidas são consideradas precárias, podendo a Câmara

³ Sem sancionamento superior. -----

Municipal, por motivo de interesse público, devidamente fundamentado, fazer cessá-las. -----

7. Já o artigo 32º, do retrocitado Regulamento, dispõe que as licenças emitidas cessam nas seguintes situações: -----

- a) A pedido expresso dos seus titulares; -----
- b) Por decisão dos órgãos competentes; -----
- c) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
- d) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento.

8. Nesta conformidade, e em face das circunstâncias evidenciadas no caso individual e concreto em apreciação, julgamos, salvo melhor entendimento, que se encontram reunidos todos os requisitos legais para proceder à extinção da licença de uso privativo titulada a favor de Helena Flora Rodrigues, substantivados no não cumprimento das correspondentes obrigações, por parte da beneficiária, a saber

- O absoluto desvirtuamento do fim que esteve subjacente à concessão de autorização da ocupação da parcela dominial em questão, tornando-se inequívoco que a estrutura desmontável nela implantada não tem sido objeto da utilização prevista no respetivo ato permissivo, situação essa que vem prevalecendo há alguns anos. -----

9. Assim, podemos afirmar com toda a certeza que a titular da licença se encontra em situação de total incumprimento face às obrigações assumidas e que estiveram na origem da emissão da licença de uso privativo, razão pela qual a Câmara Municipal pode revogar a respetiva licença. -----

10. Sendo certo que, como se viu, a extinção do direito de ocupação, em causa, deve produzir efeitos imediatos, dado que a titular já tinha sido notificada no sentido de reiniciar a atividade no quiosque em causa, o que não fez, até à presente data. -----

V - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na extinção da licença de uso privativo atribuída a Helena Flora Rodrigues, de acordo com a argumentação técnico-jurídica vertida no presente parecer, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida, tendo como pano de fundo o princípio da prossecução do interesse público e o dever de fundamentação da competente decisão administrativa; -----

b) Sendo certo que a interessada já se pronunciou, em 2013, sobre o presente assunto, em sede de audiência dos interessados, pelo que é dispensada realização de nova audiência, ao abrigo do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 124º, do CPA; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, consubstanciada na extinção da licença, de natureza precária, em questão; -----

d) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 27 de março de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 28-03-2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - . EXECUTADO: SANDRA NEVES LOUSADA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 72/2018. -

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

11. Na sequência do requerimento subscrito por Sandra Neves Lousada, com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local, sob o n.º 3553/18, datado do pretérito dia 27/03/2018, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização do pagamento em 4 prestações⁴ do valor em dívida, a título de consumos de água efetuados e que não foram pagos. -----

12. A requerente invoca para o efeito, em síntese, que não dispõe de recursos económicos que lhe permitam liquidar de uma só vez o valor em dívida, uma vez que se encontra desempregada. -----

13. A peticionária instruiu o seu requerimento com a cópia da Declaração Rendimentos - IRS (Modelo 3) - da Autoridade Tributária e Aduaneira, em nome de Sandra Neves Lousada. -----

14. Sendo certo que a dívida em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local, ascendendo, à data da apresentação do requerimento, à quantia total de € 550.34, cuja executada é Sandra Neves Lousada⁵. -----

15. Partindo do quadro fatural supra descrito, veio a ser solicitado a estes serviços que emitissem, informação, no sentido de apurar se a pretensão formulada pela requerente é passível de merecer o acolhimento por parte desta Autarquia Local. -----

16. Assim, sobre o pedido formulado, cumpre informar o seguinte: --

II - Do Enquadramento Legal -----

1. No caso individual e concreto em apreciação, encontrando-se a dívida em causa em processo executivo, de facto é possível requerer o pagamento da mesma em prestações mensais e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao órgão da execução fiscal, de acordo com o disposto no n.º1, do art.196º do CPPT. -----

2. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica,

⁴ Importa salientar, que a requerente manifestou a intenção de lhe ser autorizado o número máximo de prestações. -----
 Assim sendo, atendendo ao valor em dívida, é possível o pagamento da mesma em 5 prestações mensais. -----

⁵ Código Cliente 316321. -----

não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e **o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização** (€ 102,00), nos termos do disposto no n.º5, do art.196.º, do CPPT. -----

3. Ora, de acordo com os documentos constantes do respetivo processo de execução fiscal, à data da apresentação da pretensão em causa - pedido de pagamento em prestações de dívidas em execução fiscal -, encontrava-se, em fase de cobrança coerciva, o valor total de € 550,34⁶ (quinhentos e cinquenta euros e trinta e quatro cêntimos). -----

4. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 5 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta. -----

5. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

6. Por força do disposto no n.º5, do art.198.º, do CPTT, na redação atual, a requerente, enquanto pessoa singular, está dispensada de prestar garantia, uma vez que a dívida exequenda é inferior a € 5000.

7. Atenda-se, contudo, que estando dispensada de prestar garantia, a falta de pagamento de uma prestação implicará o vencimento imediato das seguintes, sem mais, prosseguindo o processo de execução fiscal seus termos, por força do disposto no n.º4, do art.200.º, do CPPT.

8. Por último, e de acordo com o estatuído na parte final, do n.º2, do artigo 198.º, do CPTT, o pagamento da primeira prestação deve ser efetuada no mês seguinte àquele em que for notificado o despacho.---

III - Propostas -----

Em coerência com o teor das razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa consubstanciada no deferimento da pretensão da requerente, de acordo com o quadro legal aplicável, e relativa ao pagamento da quantia em dívida, em 5 prestações mensais, de acordo com o plano de pagamentos que se anexa à presente informação, não se afastando, contudo, a margem discricionária permitida ao órgão decisor na apreciação da matéria ora controvertida; -----

b) A importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, do artigo 196.º, do CPPT;-

c) Por força do disposto no n.º5, do artigo 198.º, do CPTT, a requerente está dispensada de prestar garantia; -----

⁶ Sendo certo que o valor em causa pode sofrer alterações até à eventual aprovação do plano de pagamento, em face, designadamente, dos juros de mora, bem como de outras dívidas que o requerente possa vir a contrair e que entrem em fase de cobrança coerciva através de execução fiscal. -----

d) Sequencialmente, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art.114º, do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

e) Deverá, ainda, ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso nesta Autarquia Local; -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----
À consideração superior. -----

N.º de Prestação	Montante	Data de Vencimento
1	€ 110,07	01/05/2018
2	€ 110,07	01/06/2018
3	€ 110,07	01/07/2018
4	€ 110,07	01/08/2018
5	€ 110,06	01/08/2018

Chaves, 28 de março de 2018. -----

A Técnica Superior Jurista (Ana Tomaz) -----

Em anexo: O correspondente Processo administrativo. -----

PLANO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 28-03-2018 -----

Visto. Concorde com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL - EXECUTADO: MARIA ISABEL R. MARANTE T. OLIVEIRA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº74/DAF/2018. -----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos -----

1. No seguimento da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/02/08, a qual recaiu sobre o teor da Informação n.º 230/2017, produzida por estes

serviços, foi notificada a requerente para dizer o que se lhe oferecesse sobre a intenção de indeferimento da sua pretensão, com base na referida informação. -----

2. Em resposta a essa notificação, veio Maria Isabel Rodrigues Marante Teixeira, solicitar o pagamento em 24 prestações mensais do valor que se encontra em execução fiscal, referente a consumos de água efetuados e não pagos, invocando, em síntese, a falta de condições económicas que lhe permitam efetuar o pagamento do valor em dívida de uma única vez. -----

3. Sucede que, encaminhado o correspondente processo administrativo, para o Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários, os respetivos serviços, entenderam que face aos documentos constantes do correspondente processo administrativo, não existem fundamentos para o deferimento da pretensão da executada, uma vez que sobre o presente assunto, já foram efetuados pelo menos dois planos prestacionais sem que os mesmos tivessem sido cumpridos⁷.

4. Assim sendo, e por uma questão de economia processual, reporto-me aos argumentos invocados no teor da Informação 230/DAF/2017, transcrevendo expressamente, exclusivamente, os seguintes pontos:

"(...) -----

5. Existindo plano de pagamento de dívida em execução fiscal, devidamente autorizada pelo órgão executivo municipal, basta o incumprimento de uma prestação para que se considerem vencidas todas as restantes. -----

6. Partindo destas premissas, facilmente se conclui que o incumprimento dos dois acordos relativos aos planos prestacionais por parte da requerente tem como consequência a prossecução do processo de execução fiscal, desta feita visando a cobrança coerciva dos valores em dívida de uma só vez, pelo que a reativação de qualquer plano de prestações, encontra-se prejudicada. -----

7. De referir que, conforme o disposto no n.º8, do art.199.º, do C.P.P.T., na falta de prestação de garantia idónea ou inexistência de autorização para a dispensa da mesma, o processo de execução segue os seus termos normais, designadamente, prossegue para penhora dos bens ou direitos. " -----

8. Pelo exposto, entendemos, não existirem fundamentos de facto nem de direito para alterar a intenção de indeferimento manifestada pelo órgão executivo municipal. -----

9. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

III - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, consubstanciada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 230/DAF/2017, produzida por estes serviços; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art.114.º, do Código de Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;

⁷ Conforme informação interna dos respetivos serviços municipais, ainda que prestada de modo informal. -----

Neste sentido, também a Informação/Proposta N.º 276/HSDPC N.º 100-2017, da Divisão de Recursos Humanos/Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários, constante a fls. 12 e 13, do presente processo. ----

c) De imediato, reenvio do presente assunto para o Gabinete do Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado. -----
 À consideração superior. -----
 É tudo o que me cumpre informar sobre este assunto. -----
 Chaves, 28 de março de 2018. -----
 Técnica Superior Jurista -----
 (Ana Tomaz) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 29-03-2018 -----

Visto. Concorro com a presente informação a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 51/SHSDPC/N.º 24/2018-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E AÇÃO SOCIAL PAULA CABUGUEIRA DE 2018.03.14-----

Visto. Concorro. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 28/03/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 28/03/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REVISÃO DO VALOR DAS RENDAS, RESPEITANTE AOS INQUILINOS DO BAIRRO SOCIAL DE VIDAGO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 55/SHSDPC/N.º 25/2018.-----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E AÇÃO SOCIAL PAULA CABUGUEIRA DE 2018.03.22. -----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DATADO DE 28/03/2018. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 28/03/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. CAMPANHA DE MARKETING - PLANO DE SAÚDE EDP MAIS. INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº 048 - DDSC/01/SM.-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO-----

"(...) O Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa e exhibe para finalidades do estudo, da educação e da apreciação, evidência material dos povos e seu ambiente (...)" -----

Conselho Internacional de Museus, o ICOM, Assembleia-geral de Copenhaga, em 1972. -----

Os museus desempenham uma ação importante relativamente a um rol diversificado de áreas vitais para a sociedade em geral como a salvaguarda do património e da memória coletiva, o desenvolvimento científico, a educação, o turismo e até a economia. Para isso contam com espaços próprios adequados às suas funções e com canais e formas de comunicação cada vez mais incisivas e diretas para com os públicos-alvo definidos, recorrendo ao marketing, nomeadamente ao marketing cultural. Apesar de, atualmente, se registar um interesse crescente no marketing cultural, subsistem ainda algumas resistências em aplicar o marketing à cultura.-----

Torna-se assim necessário compreender que o marketing não é um mal necessário, mas antes um instrumento, um poderoso meio de comunicação ao serviço da tal aceção mais convencional de divulgação. Para esta não chega apenas fornecer informação. É necessário provocar a curiosidade, fazer refletir ou, igualmente, estimular e aproximar.--

FUNDAMENTAÇÃO-----

No âmbito do exposto foi rececionado nos serviços eletrónicos do município um email da empresa TLC Marketing que se encontra a preparar uma campanha de marketing para a EDP (Eletricidade de Portugal) designada **Plano de Saúde EDP MAIS**, para a qual sugerem a associação de alguns espaços de índole cultural do município à referida campanha.-----

Considerando a relevância da empresa em questão, EDP (Eletricidade de Portugal), no panorama nacional e internacional e a projeção positiva que está agregada a esta proposta, a saber:-----

- **Marketing gratuito** com a divulgação da nossa Marca no site da campanha.-----

• A entrada na campanha é de forma gratuita (sem comissões), por isso, **ganham sempre visibilidade** a nível nacional associados a uma marca de sucesso.-----

Considerando a análise solicitada pelo Sr. Vice-Presidente o mesmo não levanta qualquer tipo de questões económicas e/ou jurídicas, reportando as seguintes observações:-----

"... Em face dos elementos disponíveis, a eventual adesão, pela autarquia, ao protocolo de colaboração, em apreciação, não representa ou determina o registo de quaisquer encargos financeiros e ou de outra natureza, seja a que título for, a concessão de apoio logístico e ou operacional, da autarquia, em vista à sua plena execução.-----

Neste contexto, à partida, este protocolo não é subsumível ao regime do código dos contratos públicos..."-----

Considerando que a única contrapartida apensa à proposta em causa apenas obriga à oferta 2x1 (na compra de uma entrada a oferta de outra), nos espaços culturais em que ela vier a ser adotada-----

Considerando, em suma, a grande projeção nacional e internacional que daqui poderá advir para o nome e conhecimento dos espaços culturais flavienses.-----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Do atrás exposto, e dando provimento ao solicitado superiormente propõe-se:-----

A aceitação da mencionada proposta, a ser implementada na rede de museus municipais e a consequente apresentação a reunião de câmara para aprovação.-----

Em anexo: cópia do mail recebido da TLC Marketing-----

Cópia do protocolo TLC MARKETING-----

À consideração Superior.-----

Chaves 20 de março de 2018-----

O Técnico superior,-----

Jorge MP Leite-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.21.-----

Visto. Concorde. Proceda-se ao envio ao Gabinete do Sr. Diretor de Departamento para a devida consideração superior. -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 26.03.2018 -

Visto. Concorde. Proceda-se conforme proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE ESCOLAR - REQUERIMENTO Nº 2323, DE 16 DE MARÇO DE 2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº54/SE Nº32/2018.-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

O encarregado de educação da aluna Lara Silva Fernandes, a frequentar o 8º ano, no Agrupamento escolar Dr. Júlio Martins e residente em Vilarinho das Paranheiras, vem, através do ofício em anexo, referência n.º 72323, de 16 de março de 2018, solicitar apoio para o pagamento do passe escolar da sua educanda.-----

Considerando que o estabelecimento de ensino que serve a área de residência da referida aluna é a Escola EB2,3 de Vidago;-----

Considerando que a aluna, por opção do respetivo encarregado de educação, passou a frequentar a Escola Dr. Júlio Martins, nunca tendo utilizado a carreira pública, pois ambos encarregados de educação trabalhavam em Chaves e assumiam o seu transporte; -----

Considerando que o ponto 3.1-C, do Despacho nº5106 - A/2012 refere que quando estabelecimento pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno não for aquele que serve a respetiva área de residência e neste também for oferecido o percurso formativo pretendido, o encarregado de educação ou o aluno suportam a expensas próprias os encargos ou o acréscimo de encargos que daí possam resultar, designadamente com a deslocação do aluno;-----

Considerando que se este aluno frequentasse a Escola EB2,3 de Vidago, o encargo do Município com o respetivo passe escolar para o 3º período seria no valor de **65,80€**;-----

Considerando que o referido encarregado de educação, menciona ter algumas dificuldades económicas para suportar esta despesa em virtude de a entidade patronal do encarregado de educação o ter deslocado para Vila Real;-----

Considerando que o encargo previsto com o passe escolar **Vilarinho das Paranhos - Chaves**, é de **112,8€**, referente a 47 dias do 3º período, 2 viagens por dia.-----

Considerando que, a diferença de encargo que o Município tem com a aluna frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins, é de **47€**;---

Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a, que o Município suporte o encargo na íntegra da aquisição do passe escolar, de Vilarinho das Paranhos para Chaves, da referida aluna, pelo valor de **€112,8**. -----

O respetivo encarregado de educação suportará, posteriormente, o valor de €47, que será pago diretamente nos serviços de Tesouraria/Divisão de Gestão Financeira.-----

Esta despesa tem cabimento no Ajuste direto n.º27/SC/2017 - Aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares), para o ano letivo 2017/2018.-----

Mais sugiro que, a presente informação seja encaminhada para a próxima reunião de Câmara para deliberação, e de seguida seja remetida à Divisão de Gestão Financeira para cabimento e compromisso, bem como o tratamento processual do assunto.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 28 de março de 2018-----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Alves-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.28.-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 28.03.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO AO DESENVOLVIMENTO/PROJETO DA FUNDAÇÃO ILÍDIO PINHO "CIÊNCIA NA ESCOLA". INFORMAÇÃO DDSC Nº51/SE Nº29 2018-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

O Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins elaborou uma candidatura ao Projeto da Fundação Ilídio Pinho "Ciência na Escola", este ano subordinado ao tema "A ciência na escola ao serviço do desenvolvimento e da humanização".-----

Considerando que:-----

- Os projetos a concurso devem apresentar uma visão multidisciplinar, envolvendo áreas curriculares diferenciadas através da integração dos diferentes saberes.-----

- Que serão valorizados os níveis de criatividade e inovação, bem como o seu impacto social. O potencial de execução e o valor da ideia serão também fatores de importância seletiva.-----

- Na avaliação das candidaturas, o Júri Regional, terá como referência os seguintes critérios:-----

a) Inovação e criatividade (originalidade da ideia - elementos diferenciadores face ao mercado, potenciador e motor de competitividade);-----

b) Planeamento e organização (processos/procedimentos e produtos);---

c) Relevância pedagógica (oportunidade de centralizar o elemento - aprendizagem e visão multidisciplinar, envolvendo áreas curriculares diferenciadas);-----

d) Potencial do impacto social e parcerias institucionais (previsão das consequências decorrentes da implementação do projeto - efeitos esperados face ao público-alvo);-----

e) Viabilidade (potencial de execução/valor da ideia);-----

II - Fundamentação-----

De acordo com o exposto e como forma de reforçar a candidatura, a direção do Agrupamento solicitou o apoio institucional da Câmara Municipal, como sendo um parceiro fundamental e imprescindível para o desenvolvimento dos projetos que foram apresentados nas candidaturas potenciando um elevado impacto na comunidade e consequentemente no concelho de Chaves, reforçando a estrutura das mesmas.-----

Foram apresentadas duas candidaturas:-----

- Referente ao 1º escalão (Pré-escolar), sob o tema "Evitar os incêndios em Portugal - uma contribuição pedagógica";-----

- Referente ao 5º escalão (Secundário), sob o tema "Regar com a humidade do ar";-----

Para o desenvolvimento do projeto "Evitar os incêndios em Portugal: uma contribuição pedagógica", que se encontra em desenvolvimento em todos os jardins de infância do Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins, num total de 142 crianças, sob a coordenação da Educadora Lígia Teixeira, foi solicitado a colaboração do Gabinete de Proteção Civil e da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural/ Setor da Educação no apoio às atividades a desenvolver na Quinta do Rebentão, nos dias 13 e 16 de abril, nomeadamente no transporte das crianças e na logística da atividade. -----

Durante a atividade será utilizada a escolinha da Quinta do Rebentão para o apoio logístico e o transporte das crianças será efetuado com as viaturas municipais disponíveis pelo município devidamente licenciadas para o transporte de crianças, de acordo com o mapa em anexo à presente proposta.-----

II - Proposta-----

Assim, face ao exposto venho desta forma propor a seguinte;-----

- Autorização para o apoio à realização das atividades previstas nos dias 13 e 16 de abril, no período da manhã, na Quinta do Rebentão, pelo Setor de Educação;-----

- Autorização para a utilização das viaturas municipais para o transporte das crianças dos jardins de infância do Agrupamento Dr. Júlio Martins, desde os estabelecimentos de ensino até à Quinta do Rebentão e vice-versa.;-----

- Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião de câmara para deliberação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 26 de março de 2018-----

A Técnica Superior-----

(Tânia Oliveira)-----

OBS: Mapa de transportes-----

Anexo-----

Mapa de transportes-----

13 de abril - sexta-feira-----

Horário atividade	Escola	Nº crianças/adultos	Horário de regresso	Viatura
10h00/ 11h30	JI Bustelo	12	11h30	1 viatura de 15 lugares
10h00/ 11h30	JI Cimo de Vila	7	11h30	1 viatura de 9 lugares
10h00/ 11h30	JI de Mairos (12) e JI de Vila Verde da Raia (9)	21	11h30	1 viatura de 23 lugares
10h00/ 11h30	JI Santo Estevão	14	11h30	1 viatura de 23 lugares

16 de abril - segunda-feira-----

Horário atividade	Escola	Nº crianças/adultos	Horário de regresso	Viatura
10h00/ 11h30	JI Centro Escolar	79	11h30	- 2 viaturas de 23 lugares - 1 viatura de 9 lugares - 1 viatura de 15 lugares

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.28.-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 28.03.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. ADITAMENTO AO PROTOCOLO CELEBRADO NO ANO LETIVO 2016/2017 ENTRE A DGESTE E O MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO DDSC Nº55/SE Nº33/2018. --
Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Na sequência do Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares para os alunos da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, celebrado entre a DGEstE e o Município de Chaves, no ano letivo 2016/2017, foi remetido, via correio eletrónico, um Aditamento ao referido Protocolo, para o presente ano letivo. -----
Considerando que o referido Aditamento atualiza as condições de colaboração para o ano letivo 2017/2018, em matéria do preço a pagar pelo Município à DGEstE. -----
Assim e face ao exposto, tomo a liberdade de propor a V. Exa. o seguinte: -----

1. Para apreciação, anexa-se o Aditamento ao Protocolo remetido pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, no âmbito do fornecimento de refeições aos alunos que frequentam a Escola Básica nº1 (Santo Amaro), Escola Básica nº3 (EB1 e JI do Caneiro) e Escola Básica nº5 (Casas dos Montes), que usufruem de refeições no Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo e referente ao ano letivo 2017/2018.--

2. Caso o referido aditamento mereça concordância, mais se propõe que o mesmo seja presente à próxima reunião de Câmara, para aprovação, e que seja legitimado o Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura, em representação do Município de Chaves.-----

À Consideração superior. -----
Chaves, 28 de março de 2018-----

A técnica Superior-----
Lídia Pinto-----

Em anexo: Aditamento ao protocolo e cópia da INFORMAÇÃO DDSC Nº132/SE Nº75/2017, presente na reunião de Câmara de 27/10/2017, através da qual se procedeu ao cabimento do valor previsto para o ano letivo 2017/2018, tendo em conta o valor de 1,18€/refeição, mais Iva. -----
DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES E MUNICÍPIO DE Chaves---
Protocolo de Fornecimento de Refeições Escolares a Crianças da Educação Pré-escolar / alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, Ano Letivo 2017/2018-----

Aditamento-----

Considerando que as refeições escolares às crianças do pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico constituem matéria da competência dos Municípios de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, e na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Considerando que, de acordo com o estipulado no Regulamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, publicado no anexo IV do Despacho n.º 8452-A/2015 de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017 de 16 de junho, os municípios podem realizar parcerias que permitam assegurar o serviço de refeições através da celebração de protocolos em termos que protejam os direitos e deveres de cada uma das partes;-----
Considerando que, no âmbito do Concurso Público Nº 1/DGESTE/ASE/2017 em vigor desde 1 de agosto de 2017 a 31 de agosto de 2020, se verificou uma atualização do preço contratualizado com o fornecedor, estabelece-se o Aditamento seguinte: -----

Entre: -----

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), com o número de identificação de pessoa coletiva n.º 600086020, representada por Maria Manuela Pastor Faria, Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, como primeiro outorgante;-----

e-----
O Município de Chaves, com o número de pessoa coletiva n.º 501205551, com sede nos Paços do Concelho, através do seu órgão executivo, Câmara

Municipal de Chaves, aqui representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, adiante designado Segundo Outorgante;-----
Cláusula única-----

É celebrado o presente aditamento, ao protocolo celebrado no ano letivo 2016/2017, que tem por objeto a garantia do fornecimento de refeições a crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico (1.º CEB), através dos refeitórios das escolas de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário, nas instalações indicadas, assim como a atualização do preço contratualizado com o fornecedor do serviço que traduz o valor a pagar pela autarquia à DGEstE, constante no anexo I.-----

Por estarem de acordo com o presente clausulado, vai o mesmo ser assinado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada outorgante, extraíndo-se cópias para conhecimento dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas constantes do anexo I.-----

Aos -----de março de 2018. -----
Pelo Primeiro Outorgante, -----

A Diretora - Geral dos Estabelecimentos Escolares-----
Maria Manuela Pastor Faria-----

Pelo Segundo Outorgante, -----
O Presidente da Câmara Municipal de Chaves-----

Nuno Vaz Ribeiro-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.28.-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 28.03.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

7. PROPOSTA DE GRATUITIDADE NO BILHETE DE ENTRADA - TORRE DE MENAGEM. INFORMAÇÃO DDSC N.º 56/2018.-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

Deu entrada nos serviços municipais um ofício com registo de entrada nº769, um pedido de colaboração para a realização do 37º aniversário TEX/81, convívio de trabalhadores dos CTT no dia 7 de abril de 2018, tendo sido realizado uma reunião com o responsável pela organização; Dos pedidos solicitados foi o mesmo informado, de acordo com as normas regulamentares em vigor, das condições de acesso aos referidos espaços; -----

Considerando que o valor de entrada na Torre de Menagem é de 1 €/pessoa; -----

Considerando que o encontro envolverá cerca de 60 a 70 participantes oriundos de diversas regiões do país, que irão permanecer na cidade durante o fim de semana em questão; -----

Considerando que a realização deste tipo de encontros, é uma mais valia para a nossa cidade e para o nosso concelho, promovendo e divulgando o nosso património, a nossa cultura e a nossa gastronomia;

II - Fundamentação e Proposta

Assim, face ao exposto, pomos à consideração superior o seguinte: ---

- A gratuidade da entrada, na Torre de Menagem para o grupo em causa no próximo dia 7 de abril; -----

- Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião de câmara para deliberação. -----

Chaves, 29 de março de 2018, -----

À consideração superior, -----

O Chefe de Divisão, -----

(Carlos França) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 28.03.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

8. MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO (MACNA)-EXPOSIÇÃO "MESA DOS SONHOS: DUAS COLEÇÕES DE ARTE CONTEMPORÂNEA". REDUÇÃO DO PREÇO DO BILHETE/ENCERRAMENTO DO MUSEU NO DIA E ATÉ AO EVENTO DE INAUGURAÇÃO. INFORMAÇÃO DDSC Nº50/ANO 2018-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento e Fundamentação-----

Previsivelmente, no próximo dia 19 de Abril, será inaugurada a primeira exposição "internacional" que o Macna acolhe. A exposição "Mesa dos sonhos: Duas coleções de arte contemporânea" é produzida em conjunto com a Fundação de Serralves (FS) e integra obras da sua coleção e da coleção da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD). A nova mostra irá substituir e ocupar o mesmo espaço que a exposição "João Machado Arte de Cor" que encerrará no próximo dia 8 de Abril.-- Considerando que a partir dessa data terão obrigatoriamente que decorrer trabalhos de desmontagem e trabalhos de reparação e pintura de paredes.-----

Considerando que a FS manifestou a vontade de iniciar a montagem e instalação da nova exposição no próximo dia 11 Abril.-----

Considerando que os trabalhos necessários associados à sua instalação decorrerão de 9 a 18/19 de Abril.-----

Considerando que a execução desses trabalhos inviabiliza a visita, por parte do público, a grande parte do espaço expositivo do museu.-----

Considerando que uma das muitas maneiras de respeitarmos quem nos visita, é reduzirmos o preço do bilhete de entrada no museu, nos dias em que decorre a instalação da exposição, redução essa justificada pelo facto do serviço que prestamos também estar diminuído.-----

II - Da Proposta em Sentido estrito-----

Assim, face ao exposto, sugere-se e/ou propõe-se que seja autorizado:

a)- A redução de 50% no preçário de ingresso no Macna, nos dias em que decorrem os trabalhos necessários, relativos à montagem e instalação da exposição (período que decorre de 10 a 18 de Abril).-----

b) O encerramento do Museu no dia e até à hora de inauguração.-----

À Consideração Superior-----

Chaves, 16 de março de 2018-----

O Técnico Superior-----

Agostinho Pizarro-----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.03.28.-----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 28.03.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ.

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS.

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 854/17 - DIAMANTINO MANUEL CORREIA BRAGA - LUGAR DE BARROCO, LOT. 9/2001, LOTE N.º 9, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 21.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

a. Pretensão do requerente-----

Vem o Sr. Diamantino Manuel Correia Braga na qualidade de proprietário através dos requerimentos nº 2264/17 e nº79/18 referente ao processo n.º854/17apresentar os projetos de especialidade com vista ao *licenciamento especial de legalização* nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), bem como pelo artigo 73 º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação (RMUE), com vista à legalização de uma operação urbanística de edificação que carece ainda de obras de construção destinado a habitação unifamiliar nos termos situado no lote n.º9 do loteamento com alvará nº5/97 e n.º9/01 no lugar do Barroco ,União de freguesias da Madalena , Samaiões. ---- Vem ainda o requerente através do requerimento nº570/18 solicitar que seja emitido o respetivo título -licença especial de legalização. ---

b. Antecedentes-----

Existe em arquivo deste município os seguintes documentos e no referente ao edifício destinado a habitação existente:-----

• Comunicação prévia cuja certidão foi emitida a 17 de agosto de 2012, correspondente à edificação de um imóvel de 2 pisos acima da cota de soleira destinado a habitação numa área bruta de 181.52m2 no lote acima identificado com a área de 481m2.Esta comunicação foi aditado novo prazo para a conclusão das obras passando a mesma a ser valida até 22 de junho de 2013.-----

Auto de embargo de obras lavrado a 7 de maio de 2013 por o requerente não estar a cumprir o projeto aprovado nomeadamente no referente a: Implantação do imóvel, aumento de área de construção nos dois pisos e ajuste de vãos.-----

o Por despacho praticado a 12 de janeiro foi superiormente aprovado o respetivo projeto de arquitetura referente ao licenciamento especial de legalização dado que para a conclusão da obra o requerente necessita de um prazo de 12 meses.-----

o De seguida encontram-se resumidas as alterações efetuadas em obra e constantes no presente projeto de legalização em relação à comunicação acima enunciada.-----

	Comunicação de	Aprovação arquitetura a
	17/8/12	12/1
Área do lote	481m2	1192.30 m2
Área implantação(98.60 m2	171.10 m2
Área bruta de construção	181.52 m2	395 m2

2. Enquadramento no regulamento municipal de edificação e urbanização.ⁱ-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC-Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 de seguida designado por RMUE. Refira-se ainda que nos termos do

disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização. -----

3. **Análise** -----

a. **Instrução do processo**-----

A instrução dos projetos de especialidades segue o disposto no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015, encontra-se ora anexados com todos os projetos de especialidades inerentes à obra: -- Para a emissão do respetivo título -Licença especial de legalização o requerente apresenta os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216- E/2008, de 3 de Março.-----

4. **Parecer no referente ao licenciamento especial de legalização** -

De acordo com o ponto 3.1 da presente informação, verifica-se que o requerente instruiu convenientemente o pedido com os elementos constantes no n.º 16 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015.- De igual forma o projeto de arquitetura deferido por despacho nº12 de janeiro encontrava-se devidamente instruído de acordo com o n.º 15 do ponto III, do Anexo I, da Portaria 113/2015.-----

Pelo citado nos parágrafos anteriores, verifica-se que o processo se encontra devidamente instruído e face ao qual e nos termos do nº12 do artigo 73-C considera-se que poderá ser dispensada a realização de vistoria prévia de legalização.-----

5. **Proposta de decisão** -----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 da presente informação propõe-se o deferimento do pedido de **licenciamento especial de legalização** no referente à edificação supra identificado.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de **licenciamento especial de legalização**, e dado o interessado ter apresentado todos os elementos necessários para a emissão do respetivo título julgo salvo melhor opinião, que poderá ser emitido **respetivo alvará de licenciamento especial de legalização**, após se terem visto pagas as taxas abaixo discriminadas que de acordo com o teor do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo no valor de **282.90€ €**-----

Anexo :Calculo do valor das taxas municipais-----

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a título efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse título e consequentemente à liquidação de taxas administrativas.-----

Taxas administrativas-TA

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMIÇÃO DE TÍTULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			

n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	12	11,85 €	142.20 €
TOTAL				282.90 €

Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI) - Nos termos do n.º 2 do artigo 23 do regulamento ora citado não são devidas as taxas de infraestruturas, se as mesmas já tiverem sido pagas aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento

Taxa de infraestruturas urbanísticas	TI	0€
Taxas administrativas	TA	282.90
Valor global da liquidação de taxas	TI+TA	282.90

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.23. -----

À Reunião de Câmara.-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. PASSAGEM DE CABOS EM INFRAESTRUTURAS EXISTENTES, PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO EM DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 118/18 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - RUA DE STO. ANTÓNIO, RUA BISPO IDÁCIO E RUA DA TRINDADE, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 20.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento registado no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 339/18, em 12-02-2018, a interessada solicita licença de ocupação de espaço público para passagem de cabos em infraestruturas pré-existentes, nos arruamentos abaixo indicados, situados na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves:-----

-Rua da Trindade, rua de Santo António e rua Bispo Idácio, na extensão de 210 ml.-----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 4º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE)-----

A construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, está sujeita a licença administrativa nos termos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 4º8, do RJUE

⁸ **Artigo 4º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização**
 2-Estão sujeitas a licença administrativa:-----

corrigindo-se o pedido nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 108.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7/1.-----

2.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

O pedido da interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 3.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

2.3-No regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5.-----

As obras de infraestruturas, pretendidas pela interessada tem enquadramento legal nos termos do disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21/5, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25/9, devendo as empresas de comunicações dar cumprimento aos artigos 8.º e 9.º do mesmo diploma legal.-----

PARECERES INTERNOS-----

No processo constam os seguintes pareceres internos, os quais se reproduzem na presente informação técnica para todos os efeitos legais, devendo os mesmos serem dados a conhecer à interessada:-----

-Parecer favorável da Sr.ª Eng.ª Maria Madalena S. Durão Branco, a exercer funções na Divisão de Obras Públicas, emitido em 08-03-2018, no qual se propõe a prestação de caução no valor de 636 € (incluindo o IVA);-----

-Parecer favorável do Sr.º Eng.º eletrotécnico Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, emitido em 19-03-2018.

4-PARECER-----

4.1-Pretende a requerente intervir em espaço de domínio público, para a passagem de cabos em infraestruturas pré-existent de Telecomunicações, nos arruamentos acima mencionados.-----

4.2-De acordo com o parecer da Divisão de Obras Públicas, datado de 08-03-2018, o valor da caução é de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

4.3-Pese embora o prazo previsto para a realização dos trabalhos seja de 1 dia, propõe-se a emissão da licença de ocupação de espaço de domínio público para 30 dias.-----

4.4-O pedido de ocupação de espaço de domínio público é passível de ser atendido favoravelmente, mediante as seguintes condições de licenciamento:-----

-Prazo para conclusão das obras - 30 dias;-----

i) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.-----

9 Artigo 3.º - Licença Municipal-----

1-A realização de obras e trabalhos no subsolo do domínio público municipal do concelho de Chaves carece de licença municipal, com exceção do disposto no artigo 13.º do presente regulamento e dos casos de isenção expressamente previstos.-----

10 Artigo 8.º - Obrigações das empresas de comunicação electrónicas perante os municípios-----

Quando efectuem obras no domínio público municipal, as empresas de comunicações electrónicas ficam obrigadas:-----

a) À reposição de pavimentos, espaços verdes e de utilização colectiva, quando existentes;-----

b) À reparação das infraestruturas que sejam danificadas em consequência da intervenção.-----

-Comunicação da realização dos trabalhos, 5 dias previamente ao início dos mesmos.-----

-Prestação de caução no valor de € 636 (seiscentos e trinta e seis euros), com IVA incluído.-----

-A instalação de caixas nas fachadas dos edifícios, só é permitida após a prévia autorização dos proprietários dos mesmos.-----

4.5-Dever-se-à dar a conhecer à DOP e ao Srº Engº electrotécnico Nuno Bento a data do início dos trabalhos, para fiscalização dos mesmos.--

5-TAXAS ADMINISTRATIVAS APLICÁVEIS À PRETENSÃO -----

As taxas administrativas previstas na Secção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais), ascendem ao montante de **€ 278,00 (duzentos e setenta e oito euros)**.-----

6-PROPOSTAS-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e demais legislação supra referida, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

6.1- Agendamento deste assunto para a próxima reunião de câmara, propondo-se ao Executivo:-----

a) Que seja praticada decisão consubstanciada no deferimento do pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público para instalação do serviço de televisão, internet e telefone nas infraestruturas existentes nos arruamentos suprarreferidos, nas condições mencionadas no item 4.4 da presente informação técnica.----

6.2-Caso a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de licenciamento para ocupação do espaço de domínio público, o alvará de licença deverá ser emitido, no prazo de **30 dias**, nos termos do nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, após a interessada proceder ao pagamento das taxas devidas e à prestação da caução supra referida.-----

6.3-Caso sobre a presente informação recaia deliberação favorável do Executivo, propõem-se os seguintes procedimentos:-----

6.3.1- Envio de um exemplar do processo nº 118/18, à Divisão de Obras Públicas (DOP) e outro exemplar, ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções na Divisão de Projetos e de Mobilidade, para fiscalização dos referidos trabalhos, acompanhados da fotocópia da presente informação técnica;-----

6.3.2-Envio da fotocópia do requerimento nº 339/18, acompanhado da Planta de Localização, constante no processo a folha nº 200 e da presente informação, à Divisão de Recursos Operacionais (DRO), para conhecimento.-----

6.4-**Após a emissão¹¹ do título**, o Sector de Apoio Administrativo desta divisão deverá dar a conhecer às unidades orgânicas acima referidas, DOP, DRO e ao Srº Engº Nuno Bento a exercer funções no SEAAP, desta unidade orgânica tal ocorrência para efeito de fiscalização e conhecimento-----

6.5-De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 80º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, até cinco dias antes do início dos trabalhos, a requerente informa a câmara municipal dessa intenção.---

¹¹ **Artigo 80º - Início dos trabalhos**-----

1-A execução das obras e trabalhos sujeitos a licença nos termos do presente diploma só pode iniciar-se depois de emitido o respectivo alvará, com exceção das situações referidas no artigo seguinte e salvo disposto no artigo 113º-----

6.6-Dar a conhecer à requerente a presente informação técnica, acompanhada com o parecer interno supra referido.-----
À Consideração Superior -----

ANEXO-----

CÁLCULO DAS TAXAS PREVISTAS NA TABELA DE TAXAS DE "SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS DIVERSOS" (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de taxas Municipais).-----

Cálculo das taxas administrativas:-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal da Subsecção I, da Secção III da Tabela de Taxas de "Serviços, Atividades e Licenciamentos Diversos (Anexo I do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais).-----

Dados Gerais:-----

-Extensão da rede de Telecomunicações - **210 ml**-----

-Período da licença - **30 dias**-----

-Tipo de obra - Instalação da Rede de Distribuição de Televisão por Cabo, Internet e Telefone.-----

QUADRO I

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo I	SERVIÇOS, ATIVIDADES E LICENCIAMENTOS ATIVIDADES DIVERSOS			
Secção III	Ocupação do Espaço Aéreo, Solo e Sub-Solo de Domínio Público e Privado Municipal			
Artigo 17.º	Pela apreciação de pedidos de ocupação de espaço público		54,00 €	54,00 €
Artigo 18º	Pela emissão de licença de ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo de domínio Municipal		10,80 €	10,80 €
Artigo 20º	Ocupação de solo ou subsolo			
nº 8	Com tubos, condutas, cabos, condutores e semelhantes por ml ou fracção e por ano	210	1,00 €	210,00 €
Artigo 21º	Ocupação da via pública por motivo de obras			
nº1.a)	Por cada período de 30 dias ou fração		3,20 €	3,20 €
	TOTAL			278,00 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 884/17 - MARIA LUÍSA SANTOS OUTEIRO SANTOS - RUA DE BUENOS AIRES, S. CORNÉLIO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 22.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

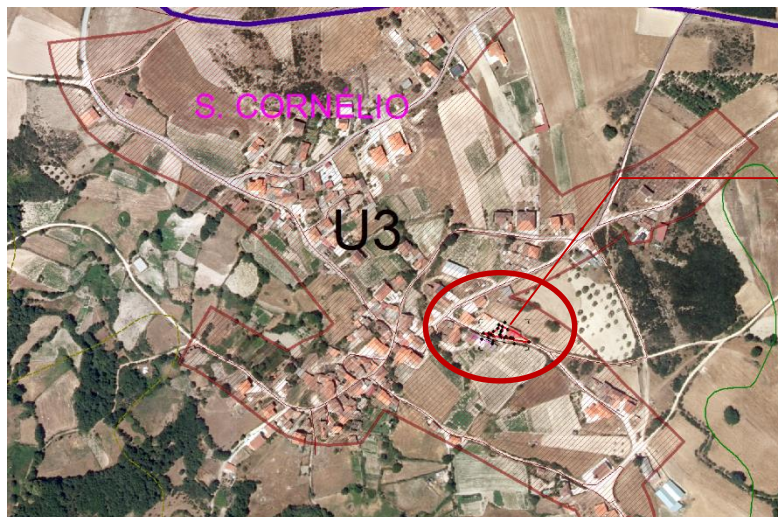
A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 523/18, em 13 de março de 2018, o requerente citado em epígrafe, no âmbito da audiência prévia motivado pela intenção de indeferimento, vem requer junção de elementos, para cumprimento do enunciado na informação técnica, datada de 02/01/2018, da qual tomou conhecimento da qual tomou conhecimento através do ofício N/Ref.ª 05/DGOT/2018, de

2018/01/15, com vista a alterar o sentido de decisão, referente a um pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada em **obras de construção** (já executadas), de um armazém, destinado a "arrecadações e arrumos" e em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual (doravante designado por RJUE) que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO -----

2.1 Em face da caderneta predial urbana emitida pela Internet em 2017/12/13, apresentada, o prédio urbano situado no Lugar de S. Cornélio, da União de freguesias de Travancas e Roriz, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº618NIP que teve nos origens no artigo 381 da extinta freguesia de Travancas, confronta de sul com caminho público e nas restantes confrontações com particulares, descrito de prédio de R/C destinado a outros fins que não os da agricultura, com uma área total do terreno de **100 m2**, área de implantação de 100,00 m2, área bruta de construção 100,00 m2 cujo titular é a Sra. Maria Luísa dos Santos Outeiro dos Santos, ora requerente.-----

2.2 De acordo com Imposto Municipal sobre Imóveis (Modelo 1), comprovativo da declaração para inscrição ou atualização de prédios urbanos na matriz, datada de 2018/03/05, no qual refere que o prédio localizado na Rua de Buenos Aires, Lugar de S. Cornélio, inscrito na matriz sob o artigo urbano nº617 da União de freguesias de Travancas e Roriz sobre o qual recaiu a presente operação urbanística, possui uma área total de terreno **346,00m2**, uma área de implantação de 231,00m2 e uma área bruta de construção de 231,00m2, destina-se a arrecadações e arrumos-----



Localização do prédio urbano, conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pela requerente, sobre ortofotomapa com voo de 2012 (folha nº35-1B).

3. ANTECEDENTES-----

3.1. Relativamente ao procedimento de legalização de um armazém, objeto do pedido em apreço foi rejeitado liminarmente, por despacho do Sr. Vereador do pelouro de Gestão Urbanística, Eng.º Victor Santos, de 12/01/2018, de acordo com a informação técnica datada de 02/01/2018, previsto no processo nº 884/17, em nome de Maria Luísa Santos Outeiro Santos;-----

3.2 Foi a requerente notificada através do ofício nº 5/DGOT/2018 de 2018/01/15, do teor de tal informação prestada por estes serviços e para, no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 121º(12) e 122 do

¹² Artigo 121º - Direito de Audiência Prévia-----

Código de Procedimento Administrativo, CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 7/1, se pronunciar sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

4. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

4.1 Em resultado da análise aos elementos entregues, após consulta ao processo supra referenciado e em conformidade com o disposto no art.º 9º do RJUE e na Portaria n° 113/15 de 22 de abril (parte I e no n.º 15 e n.º16, da parte III, do anexo I), em conformidade com o artigo 13, artigo 15 e do n.º5 do Artigo 73.º -C⁽¹³⁾, do RMUE, cumpre informar, o requerente não apresentou os seguintes elementos:-----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio abrangido, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial, quando omissa, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais;-----

4.2 Mais se refere, -----

- Nas peças desenhadas, intituladas "Planta, alçado posterior e perfil" e "alçados e cortes" à escala de 1:100 apresentados não aparece qualquer indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura;-----

- Por observação da peça desenhada n.º1, intitulada "Planta, alçado posterior e perfil", existe um compartimento destinado a "canil", em desconformidade com a pretensão que identifica que o armazém se destina a "arrecadações e arrumos". -----

- Verifica-se uma divergência significativa na área total do prédio, entre a que consta na caderneta predial urbana, determinada em 2016 (100,00m2) e a que consta da participação às finanças (modelo 1, do IMI), em 2017, (346,00m2), sendo que o requerente não apresenta

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

¹³ **Artigo 73.º -C Procedimento de legalização de operações urbanísticas**

5 – O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

a) Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----

ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----

qualquer justificação para tão grande diferença na área do terreno em causa.-----

5. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

A implantação da edificação confinante com a via pública, atendendo que não existe qualquer alinhamento estabelecido para o local, deverá cumprir os alinhamentos mínimos estabelecidos na Lei geral para os caminhos municipais, Lei 2110, de 19/8/1961, de acordo com a alínea b), do n.º2 do artigo 26.º do Regulamento do PDM. Da análise ao projeto verifica-se que o conjunto edificado não garante o afastamento de 4,5m ao eixo do caminho municipal, ou seja encontra-se implantado dentro da faixa com servidão "non aedificandi", em desconformidade com o artigo 58º da Lei 2110, de 19/8/1961.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

6.1 Pelo que se enunciou nos títulos 4 e 5, da presente informação, constata-se que o pedido de legalização de uma operação urbanística já concluída, consubstanciada em obras de construção de um armazém, destinado a arrecadações e arrumos, em causa viola as seguintes normas regulamentares, -----

- A alínea b), do n.º 2 e o n.º 26, do Regulamento do PDM de Chaves e -----

- A Portaria nº 113/15, de 22 de abril pelo facto do processo não se encontrar devidamente instruído;-----

6.2 Em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, sou a propor que o presente processo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para que o executivo delibere o sentido de indeferir o pedido de legalização, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 24º⁽¹⁴⁾ do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ulteriores alterações, devendo promover-se audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º⁽¹⁵⁾ do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do procedimento Administrativo.-----
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.23. -----

Visto. Concorde com o teor da presente informação, merecendo a mesma o meu acolhimento. À consideração superior. -----

¹⁴ Artigo 24.º - **Indeferimento do pedido de licenciamento-----**

1 - O pedido de licenciamento é indeferido quando:-----

a) Violar plano municipal e intermunicipal de ordenamento do território, plano especial de ordenamento do território, medidas preventivas, área de desenvolvimento urbano prioritário, área de construção prioritária, servidão administrativa, restrição de utilidade pública ou quaisquer outras normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

¹⁵ Artigo 122.º - **Notificação para a audiência-----**

1 - Para efeitos do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.--

2 - A notificação fornece o projeto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3 - No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no número anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via eletrónica.--

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.23. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 1/2003, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 18/97 - ANTEROS COMERCIAL, S.A. - QUINTA DA ESTAÇÃO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 20.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução -----

A empresa requerente acima referida, na qualidade de proprietária dos lotes 6 e 10 solicitou através de requerimento 1026/17, referente ao processo n.º 18/97, 3.ª alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 1/2003, sito na Quinta da Estação - Loteamento "B", emitido em nome de Anteros Comercial, S.A., Lugar dos Fortes, freguesia de Santa Maria Maior em Chaves, com incidência nas especificações dos lotes n.os 6, 10 e parcela sobrança do mesmo;-----

2. Enquadramento do pedido -----

2.1. No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09 -----

O pedido da interessada enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal; -----

2.2. Nos instrumentos de Planeamento em vigor -----

Aquando da entrada do pedido/exposição - após a decisão de indeferimento findo o prazo do estabelecimento das Medidas preventivas - encontrava-se já publicado o Aviso n.º155/2018 de 03 de janeiro referente à abertura do período de discussão pública, por um prazo de 30 dias seguidos, relativa ao procedimento de alteração do regulamento do Plano Diretor de Chaves, tendo por referência a Informação n.º51/SPMOT/2017, de 7 de setembro de 2017, facto pelo qual se solicitou a colaboração à DAF - Divisão de Administração e Fiscalização - na correta tramitação do processo em análise, no sentido de ver esclarecidas dúvidas suscitadas pelo requerente no ponto 7 do seu requerimento, nomeadamente:-----

- Se o pedido inicialmente formulado pela empresa requerente poderia decorrer, nos termos referidos no ponto 6 da informação (que tinha a ver com a abertura do período de discussão pública através da publicação de edital das alterações pretendidas); - Se sim, e findo o prazo de publicação do edital, poderiam ser aprovadas as alterações à operação de loteamento condicionadas à entrada em vigor da alteração ao Regulamento do PDM. -----

3. Antecedentes/ Consulta a Entidades -----

3.1. Considerando que o prédio do requerente se encontra dentro da área de proteção ao monumento nacional constituído pelo Castelo de Chaves, os Fortes de S. Francisco e S. Neutel e os panos de muralha remanescentes (Decreto n.º 28536, DG 66, de 22 de Março de 1938), o presente projeto de alteração da operação de loteamento foi também objeto de consulta à DRCN (Direção Geral de Cultura do Norte). -----

3.2. A DRCN emitiu parecer favorável condicionado ao acompanhamento arqueológico. (De referir que já foram realizadas sondagens arqueológicas)-----

4. Análise da pretensão -----

4.1. Com o presente pedido, a empresa requerente pretende levar a efeito o 3.º aditamento às especificações do loteamento com alvará n.º 1/2003 denominado Quinta da Estação - Loteamento "B", emitido em nome de Anteros Comercial, S.A., o qual se projeta nos lotes 6, 10 e parcela sobrança e que passa pela alteração de todos os parâmetros urbanísticos do lote 6 nomeadamente: -----

- Alteração da Área do lote - extinção do lote 10 e junção da área da parcela sobrança -----
- Alteração da área de implantação -----
- Aumento da área de construção -----
- Criação de piso em garagem -----
- Alteração do uso -----

E ainda a nível exterior, reconfiguração pontual dos passeios e do "impasse 3" na rua projetada 2 -----

4.2. Passando assim a constar os seguintes valores, conforme apresentados no Quadro Sinóptico: -----

- Área do Lote 6 - 4.000,00m² -----
- Área de implantação - 3.208,00m² -----
- Área de construção total - 6.428,00m² (3.220,00m² + 3.208m²) -----
- Área de construção para efeitos de IC - 3.220,00m² -----
- Lugares de Estacionamento em cave dentro lote - 100 -----
- N.º Pisos - 1 acima cota soleira + 1 abaixo cota soleira -----
- Cércea - 6,0ml -----
- Volume de construção - 19.320,00m³ -----
- Uso - comércio e/ou serviços -----

4.3. No que se refere ao cumprimento do descrito no n.º 2) do artigo 21.º do regulamento do P.D.M., como também ao dimensionamento das áreas de cedência, que devem integrar o domínio público municipal, a exigir de acordo com o estipulado no regulamento, nomeadamente dimensionamento das parcelas de terreno destinadas a espaços de circulação, a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamentos, no presente pedido de alteração verifica-se um aumento da área de construção, o que por aplicação da alínea b), do n.º2, do referido artigo 21.º, daria origem à cedência de 593,00m² para Equipamentos públicos;-----

4.4. Atendendo ao referido pela Empresa requerente, deverá a Câmara deliberar sobre tal proposta de acordo com o consagrado no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, nos termos do n.º 4, do artigo 28.º, do referido Regulamento que prevê que: -----

"4 - As áreas que, por aplicação dos critérios de dimensionamento definidos no PDM, se destinem a espaços verdes e de utilização coletiva e a equipamentos de utilização coletiva podem ser afetadas a um único destes dois fins, quando o Município assim o entenda por razões de ordenamento do território." -----

5. Considerações do parecer -----

5.1. De acordo com todas as certidões da Conservatória do Registo Predial apresentadas, podese constatar que a empresa requerente ainda detém a titularidade sobre a maioria da área dos lotes, apresentando ainda declaração de três proprietários, cumprindo o disposto no n.º3, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 e ulteriores alterações; 5.2. O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria 113/2015 de 22 de abril e com o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação; -----

6. Proposta de decisão -----

6.1. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27º, do RJUE, a alteração à licença de operação de loteamento só é precedida

de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verifica no caso ora em apreciação; -----

6.2. Considerando o disposto na alínea b), do n.º2, do artigo 8.º, do artigo 27.º do RMUE: -----

"2 – Todos os pedidos relativos a licença de operações de loteamento e respetivas alterações estão sujeitos a consulta pública, estando dispensados os seguintes casos: (...) b) Alterações à licença de loteamento previstas no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE. -----

3 – O período de consulta pública é aberto através de edital a afixar nos locais de estilo e no local da pretensão e a divulgar no site institucional do Município de Chaves e tem a duração máxima de 15 dias. -----

Assim, entende-se que a alteração preconizada neste pedido, se enquadra num aumento de 3% de qualquer um dos parâmetros aí referidos;

6.3. No entanto e pese embora a empresa requerente seja detentora da maioria dos lotes, e tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 09/09, em articulação com o n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, quando o número de lotes seja igual ou superior a 15, a notificação é feita via edital;

6.4. A notificação será feita via Edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de Freguesia e no Edifício dos Paços do Concelho, para, no prazo de 10 dias, caso assim o entendam, se pronunciarem sobre as alterações às condições de licença da referida operação de loteamento, nos termos do n.º 3, do artigo 27.º, do RJUE em articulação com o n.º2, do artigo 11.º, do RMUE; -----

6.5. Cumpre ainda informar que, o pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento, se encontra disponível para consulta nestes Serviços (Divisão de Gestão e Ordenamento do Território). -----

6.6. Caso não venha a haver a oposição de nenhum interessado, deverá numa fase posterior ser proposto o levantamento da suspensão do procedimento, ficando a aprovação final, condicionada à entrada em vigor das futuras regras urbanísticas que conformam tal pretensão urbanística, conforme referido no parecer jurídico que serviu de apoio à tomada da presente informação.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.23. -----

Visto. Concordo. Proceda-se em conformidade. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vice-Presidente da Câmara, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo sublinhado o facto da deliberação a adotar, no âmbito da alteração do regime do Loteamento, em apreciação, não consubstanciar qualquer decisão de aprovação, de tal pretensão urbanística, circunscrevendo-se, apenas, os seus efeitos, à afixação de edital, nos locais habituais, publicitador, de tal pretensão urbanística, em vista a obtenção de eventuais observações e/ou sugestões, por parte dos cidadãos interessados. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ N.º 3/2005, PEDIDO DE ALTERAÇÃO – PROCESSO N.º 8/02 – JUAN MANUEL SUAREZ FEIJOO – RIBEIRA DAS AVELÃS, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª DORA VIDEIRA DATADA DE 26.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

O requerente acima referido, na qualidade de proprietário de todos os lotes – 1 a 9 – representado pelo seu procurador legal, solicitou através de requerimento n.º1990/17, referente ao processo n.º 8/02, pedido de alteração à licença do loteamento titulado pelo Alvará n.º 3/2005, sito no lugar da Ribeira das Avelãs, freguesia de Vilar de Nantes em Chaves;-----

2. Enquadramento do pedido-----

2.1. No regime jurídico consagrado no DL 136/14 de 09/09-----

O pedido do interessado enquadra-se numa alteração à licença, nos precisos termos do descrito no artigo 27.º do supra referido diploma legal;-----

2.2. Nos instrumentos de Planeamento em vigor-----

2.2.1. Aquando da entrada do pedido ainda não se encontrava publicado o Aviso n.º155/2018 de 03 de janeiro referente à abertura do período de discussão pública, por um prazo de 30 dias seguidos, relativa ao procedimento de alteração do regulamento do Plano Diretor de Chaves, tendo por referência a Informação n.º51/SPMOT/2017, de 7 de setembro de 2017;-----

2.2.2. Em 26 de janeiro de 2018 deu entrada uma exposição no sentido de requerer que, ao abrigo do n.º5, do artigo 145.º, do RJIGT, fosse levantada a suspensão do procedimento supra referido, ficando a aprovação final, condicionada à entrada em vigor das futuras regras urbanísticas que conformam tal pretensão urbanística;-----

3. Análise da pretensão-----

3.1. Com o presente pedido, o requerente pretende levar a efeito o 1.º aditamento às especificações do loteamento com alvará n.º 3/2005 na Ribeira das Avelãs, freguesia de Vilar de Nantes, o qual se projeta na alteração do número de lotes, passando de 9 para 4, mantendo inalterados os parâmetros referentes às áreas cedidas ao domínio público, nomeadamente arruamento, passeios e percursos pedonais;-----

3.2. A diminuição dos lotes, de 9 para 4, é feita através da transferência das áreas entre eles, passando a existir os lotes 1,3, 5 e 7 com as seguintes áreas:-----

- Lote 1- Área de 617,20m²-----

Aumento da área do lote em 270,00m², provenientes do extinto lote 2--

- Lote 3 - Área de 592,00m²-----

Aumento da área do lote em 301,50m², provenientes do extinto lote 4--

- Lote 5 - Área de 590,30m²-----

Aumento da área do lote em 266,00m², provenientes do extinto lote 6--

- Lote 7 - Área de 877,20m²-----

Aumento da área do lote em 609,80m², provenientes dos extintos lotes 8 e 9-----

3.3. São também alterados todos os parâmetros urbanísticos de todos os lotes, tais como áreas de implantação, de construção, número de

pisos acima e abaixo da cota de soleira, e áreas máximas de construção e implantação;-----

3.4. No que se refere ao índice de construção e de implantação mantêm-se inalterados;-----

3.5. Em relação às áreas de cedência ao domínio público, as mesmas também se mantêm inalteradas, não havendo lugar ao pagamento de qualquer compensação, porque todos os valores que lhe servem de referência para o seu cálculo construção) também não sofrem qualquer alteração;-----

3.6. Passando assim a constar os seguintes valores, conforme apresentados no Quadro Sinóptico:-----

QUADRO SINÓPTICO												
Área total do (s) prédio(s) a lotear									4.500,00			
Área sobrante												
Área de cedência ao domínio público		Espaços verdes efou de utilização colectiva							1.823,30			
		Infra-estruturas										
		Equipamentos Públicos										
Outras cedências												
Área bruta de construção para efeitos de cálculo do índice de construção									1.688,20			
Área de implantação para efeitos de cálculo do índice de implantação									1.688,20			
OBS:								Índice de construção (m2/m2)		Índice de implantação (m2/m2)		
								0,38		0,38		

Lote			Área de implantação máxima (m2)	Área bruta de construção máxima (m2)				Área de construção para efeitos de IC (m2)	Nº máx. de Pisos			Volume de construção máxima (m3)
Nº	Área (m2)	Finalidade		Habituação	Comércio Serviços	Indústria	Total		Acima da C.S.	Abaixo da C.S.	Estacionamento dentro do lote	
1	617,20	Hu	366,10	366,10			366,10	366,10	2	1	3	1.372,88
3	592,00	Hu	398,10	398,10			398,10	398,10	2	1	3	1.492,88
5	590,30	Hu	378,80	378,80			378,80	378,80	2	1	3	1.420,50
7	877,20	Hu	545,20	545,20			545,20	545,20	2	1	4	2.044,50
Tot.	2.676,70		1.688,20	1.688,20	0,00	0,00	1.688,20	1.688,20			13	6.330,75

Finalidade		Garagens/Arrumos		Observações
Hu	Habituação unifamiliar	A	Em anexo à sua	
Hc	Habituação colectiva	C	Em cave	
C	Comércio			
S	Serviços			
I	Indústria			
A	Armazéns			

As áreas e os polígonos apresentados, dizem respeito a limites máximos, incluindo varandas, palas e balanços, podendo na fase de projeto de arquitetura das edificações, adotar outros limites.

4. Considerações do parecer-----

4.1. De acordo com as certidões da Conservatória do Registo Predial apresentadas, pode-se constatar que o requerente é proprietário de todos os lotes;-----

4.2. Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 27º, do RJUE, a alteração à licença de operação de loteamento só é precedida de consulta pública, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º 2, do artigo 22.º do referido diploma legal, o que não se verifica no caso ora em apreciação;-----

4.3. Considerando também, que de acordo com a alínea b), do n.º 2, do artigo 7.º, em articulação com o n.º 2, do artigo 11.º, do Regulamento Municipal de urbanização e Edificação, estão dispensados de consulta pública todos os pedidos relativos a licença de operações de loteamento e respetivas alterações desde que:-----

"2 – Todos os pedidos relativos a licença de operações de loteamento e respetivas alterações estão sujeitos a consulta pública, estando dispensados os seguintes casos:-----
(...)"-----

b) Alterações à licença de loteamento previstas no n.º 8 do artigo 27.º do RJUE.-----

"Artigo 11.º – RMUE-----

Alterações à licença ou comunicação prévia-----

1 – O pedido de alteração dos termos e condições da licença de operação de loteamento deverá ser notificado aos proprietários dos lotes, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º e do artigo 121.º, ambos do RJUE.-----
 2 – Quando o número de lotes seja igual ou superior a 15, a notificação será feita via edital a afixar no local onde se situa o loteamento, na Junta de Freguesia respetiva e no Edifício dos Paços do Concelho.
 (...)”-----

4.4. Considerando que no caso ora em apreciação não se verifica nenhuma das condições expressas, e o pedido cumpre todos os parâmetros urbanísticos;-----

e) Proposta de decisão-----

5.1. De acordo com as considerações acima expostas, cumpre informar que o pedido de alteração às especificações à operação de loteamento com alvará n.º 3/2005 na Ribeira das Avelãs, freguesia de Vilar de Nantes – 1.º aditamento – está em condições de ser proposta para aprovação, por simples deliberação da câmara municipal, com dispensa de quaisquer formalidades, conforme preceituado no n.º8 do artigo 27.º do DL 136/2014 de 09/09, condicionada à entrada em vigor da alteração ao Regulamento do PDM.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 28.03.2018 - Visto. Concordo. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 710/14 – SUPERJOB – CARPINTARIA E IMOBILIÁRIO, LDA. – LUGAR DE VALDURÃO, FREGUESIA DE OURA – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 26.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Veio a firma Superjob -Carpintaria e mobiliário Lda. , a 19 de dezembro de 2014, através de requerimento n.º 2118/14 referente ao processo n.º710/14 promover o licenciamento de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na obra de ampliação e alteração de imóvel existente com licença de obras n.º97/91 (ampliação numa área total de 836m2 e alteração do uso nos termos da alínea c) do ponto 2 do artigo 4 do Regime jurídico de edificações e urbanização (doravante designado por RJUE). -----

Em fevereiro de 2017 por requerimento n.º 191/17 veio apresentar os elementos solicitados em março de 2015 bem como os projetos de especialidades.-----

Por se constatar que a ampliação do imóvel licenciado por alvará n.º 97/91 se encontrava executadas e concluída, considerou-se que o procedimento correspondente à operação urbanística seria procedimento de legalização nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do RJUE e nos termos do artigo 73.º-C do RMUE (regulamento municipal de urbanização e edificação).-----

Pelo supra descrito, e em síntese, a pretensão formulada pelo requerente seguirá o procedimento de legalização de obras de alteração/ ampliação de dois pavilhões e que o seu uso seja alterado de armazém agrícola para pavilhão industrial -----

1.2. Localização-----

O prédio misto situado no lugar de Valdurão lugar de Ponte Seca, Oura, sobre o qual recaiu a presente operação urbanística encontra-se descrito na conservatória do registo predial sob o n.º171/19870305 da freguesia de Oura, possui uma área total de 30 000m2 sendo 1160m2 de área coberta.-----

1.3. Antecedentes ao presente processo n.º710/14-----

- Através de alvará n.º97/91 foi emitida a licença de obras referente à construção de 2 pavilhões destinados à cunicultura com uma área total de 960m2.-----

- Através de requerimento n.º 630/07 foi solicitada emissão certidão em como não se vê inconveniente na localização de industria de classe 3 ou 4 -oficina de transformação de madeira e restauro de mobiliário. A certidão de teor favorável foi emitida a 18 de abril de 2007.-----

- Por informação n.º 38/2011 do setor de fiscalização após deslocação ao local foi referenciada a existência de ampliação ao licenciado e que um dos pavilhões se encontrava em laboração - carpintaria sem a respetiva autorização de utilização.-----

2. Enquadramento da pretensão -----

2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE-----

2.2. - Nos Regulamentos Municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se que por este articulado, nomeadamente o disposto no seu n.º3 a legalização de operação urbanística de edificação será titulada por alvará de utilização, no qual deverá constar menção expressa que o edifício a que respeita foi objeto de legalização. -----

2.3. Enquadramento da pretensão nas disposições do PDM-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal, constata-se que a pretensão encontra-se inserida na Classe 4 - espaços agrícolas e florestais Categoria 4.3 - espaços agro-florestais: Subcategoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns .De acordo com os usos supletivos ,definidos na alínea d) do artigo 35º do regulamento do PDM , podem ser autorizadas atividades industriais especificadas no n.º1 deste artigo. A admissão e edificabilidade de imoveis destinados a industria encontra-se definidos respetivamente nos artigos 53º¹⁶e 58º do

¹⁶ Artigo 53º - Instalações industriais e armazéns-----

1 - É admissível a instalação de unidades industriais fora dos espaços pertencentes à classe 2 - espaços industriais, desde que se trate de indústrias das classes C ou D referidas no Regulamento do Exercício de Actividade Industrial, e aqueles se localizem em espaço florestal ou em espaço agro-florestal comuns, e sem prejuízo do cumprimento dos condicionamentos legalmente estipulados para cada actividade industrial concreta.-----

regulamento do PDM, remetendo este e ainda para o artigo 28º do regulamento. -----

De acordo com a planta de condicionamentos do PDM verifica-se que o prédio onde se pretende erigir se encontra inserido em zona de concessão hidromineral, em zona intermédia de proteção cuja constituição de servidão se rege pelo disposto na Lei nº 54/2015 (que revogou o DLnº90/90).-----

3. ANÁLISE -----

3.1. Instrução do pedido-----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização-----

3.2. Breve resenha de elementos no processo-----

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que: -----

- A 19 de dezembro de 2014 o requerente dá entrada do processo nº 710/14 através do requerimento nº2118/14 solicitando o licenciamento da ampliação acima citada e mudança de uso apresentando para o efeito o respetivo projeto de arquitetura. Dado que o prédio onde se pretende erigir se encontra inserido em zona de concessão hidromineral cuja constituição de servidão se rege pelo DLnº90/90 foi solicitado parecer, nos termos do artigo 43 do DL n.º90/90 conjugado com o artigo 13 do RJUE à Direção Geral de Energia e Geologia(DGEG).Esta entidade emitiu parecer a 13 de março de 2015 solicitando anexação dos respetivos projetos de especialidade.de cariz hidráulico. -----

- A 15 de fevereiro de 2017 o requerente anexou os projetos de especialidade tendo sido de novo enviados para a DGEG. Esta entidade emitiu parecer a 6 de abril do mesmo ano, tendo realçado que se trata de uma legalização e que pelos esclarecimentos prestados pelo técnico do projeto e pelo diretor técnico da concessão e a legislação aplicada (artigos 46º a 48º da Lei nº 54/2015 - que revogou o DL nº 90/90) a DGEG não se opõe ao pedido em causa condicionando ao cumprimento obrigatório relativas à laboração ligações de redes e outros relacionados com a área de concessão. Por informação técnica de 21 de abril, e por se ter constatado que a obra se encontrava concluída e consequentemente o procedimento administrativo ser o de legalização (e não de licenciamento como inicialmente solicitado foi o processo encaminhado para a respetiva comissão de vistorias.-----

3.3. Analise face aos instrumentos de planeamento urbanístico em vigor

Por leitura do processo e antecedentes acima identificados verifica-se que: -----

- O prédio misto possui uma área total de 30000m2.-----
- Através de alvará n.º97/91 foi emitida a licença de obras referente à construção de 2 pavilhões destinados à cunicultura com uma área total de 960m2.-----

Artigo 58º - Edificabilidade-----

1 - As componentes edificadas referentes a armazéns de combustíveis ou de materiais explosivos ou perigosos, a instalações industriais, a armazéns e afins ou a instalações comerciais ou de serviços cumprirão, com as devidas adaptações, as regras de edificabilidade estabelecidas no artigo 28º relativas à instalação avulsa de unidades industriais, salvo no que diz respeito ao Ic, que passa a adoptar o valor de 0,25 m²/m².-----

- É pretensão do requerente a **legalização** de ampliação dos pavilhões com criação de dois novos numa área 836m² e alteração de uso para indústria.-----

- Tendo em consideração os dois pontos anteriores têm-se como área bruta total o valor de 1796m². -----

- Pelos valores citados obtém-se um índice de construção de $1796/30000=0.06$, sendo este inferior ao máximo permitido para o local nos termos do n.º1 do artigo 58 do regulamento do PDM.-----

- A 18 de abril de 2007 foi emitida certidão de teor favorável, para a mudança de uso de armazém agrícola e em como não se vê inconveniente na localização de indústria de classe 3 ou 4 -oficina de transformação de madeira e restauro de mobiliário. -----

- Através de requerimento n.º 630/07 foi solicitada emissão certidão em como não se vê inconveniente na localização de indústria de classe 3 ou 4 -oficina de transformação de madeira e restauro de mobiliário. -----

Tendo em consideração que o prédio possui uma área de 30000m² possui uma área de 295.52m², toda ela integrada em espaço urbano e a área de construção de 145.2m² advém que o índice de construção correspondente é de $145.2/295.52\text{ m}^2 = 0.49\text{ m}^2/\text{m}^2$ ($< 0,50\text{ m}^2/\text{m}^2$), cumprindo desta forma o especificado na alínea a) do n.º2 do artigo 19 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Chaves. -----

É prevista a criação de 28 lugares de estacionamento para automóveis ligeiros ,4 para deficientes e 4 para veículos pesados.5388m³ dentro do perímetro do terreno face ao previsto no ponto 1 e nas alíneas a) e b) do ponto 3 do Regulamento do PDM. A cércea da edificação é de 4.5m e o volume de construção total é de -----

3.4. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no n.º6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 8 de junho, foi realizada a vistoria prevista no n.º6 do art.º 73.º-C da Revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação(RMUE), da qual foi lavrado o auto de vistoria n.º 125, tendo no mesmo sido lavrado que:-----

- constatado que o projeto não retrata a materialização do imóvel no local, nomeadamente, no que diz respeito à funcionalidade do espaço interior e vão exterior nas instalações sanitárias, necessárias para a sua ventilação adequada. -----

- Mais refere que por análise dos elementos "probatórios" apresentados constatou-se que devia ser completado -peça desenhada n.º7, e deveria apresentar projeto contra incêndios.-----
Por requerimentos n.º1638/17 o requerente apresenta as peças desenhadas e projeto que a comissão de vistoria considerou necessária. Por requerimento n.º2038/17 apresenta fotografia do vão- janela preexistente na instalação sanitária. -----

4. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---

- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Foi realizada vistoria previa tendo o requerente dado cumprimento ao teor das mesmas -----

5. Proposta de decisão-----

Atendendo a todo o supra citado no ponto 3 da presente informação e conclusão descrita no ponto 4, sou a propor o deferimento do pedido de legalização da operação urbanística correspondente a ampliação de imóvel pré-existente, digo ampliação de dois pavilhões com a legalização de outros dois bem como passando o uso de agrícola para industria.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de ampliação de pavilhão e alteração de seu uso, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do titulo-autorização de utilização com menção expressa que o edifício foi sujeita ao procedimento de legalização com o uso alterado para industria.-----

Informe-se ainda o requerente que nos termos do artigo nº117 do RJUE e em conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo e cujo valor total é de **1.192,18 €**.-----

Anexo: Calculo do valor das taxas municipais -----

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a titulo efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse titulo e consequentemente à liquidação de taxas administrativas.-----

- Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

Dado se tratar de legalização de uma operação urbanística, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver lugar a titulo efetivo de licença de edificação no entanto à data da sua construção a mesma estaria sujeita a esse titulo e consequentemente à liquidação de taxas administrativas.-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO (ALVARÁ OU RECIBO DE ADMISSÃO)			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 17	Emissão de aditamento ao alvará			38,70 €
n.º 5	Edifício destinado a indústria ou armazém, por unidade de ocupação			
c)	Superior a 1000 m2 de área bruta de construção	1	216.10€	216.10 €
	TOTAL			254.80 €

- Cálculo das taxas de infraestruturas)

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)					
QUADRO I				custos (C)	Ci/m	
		s/n	larg.	C/m	C/m2	Ci/m-€ /m
REDE DE ÁGUA		1		21.61		21.61
C - custo das obras existentes na via pública / m- €/m						21.61
m - frente do terreno que confronta com a via pública						110
Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º						
	T = C x m x 0,25				T =	594.28€

- Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU

	Autorização de utilização	Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 5	Para indústrias ou armazéns, por unidade de ocupação e por cada 100m2, acresce ao valor referido no n.º 1	18	2,65 €	47,70 €
TOTAL				75,80 €

- Cálculo das taxas de vistorias TV

	Vistorias -artigo 75º	Un.	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2d)	Edifício destinado a indústria ou armazém, por cada 100 m2	18	11,85 €	213,30 €
2ºj)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	0	54,00 €	0,00 €
TOTAL				267,30 €

taxas administrativas-TA	254,80 €
taxas de infraestruturas-TI	594,28 €
taxas de autorização de utilização TAU	75,80 €
taxas de vistorias TV	267,30 €
Valor total	1.192,18 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----
A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 28.03.2018 -
À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. OBRAS DE ALTERAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 502/04 – MARIA HELENA ALVES – RUA DA CANCELA N.º 7, FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 21.03.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Antecedentes-----

A requerente possui alvará de licença de obras para reconstrução de uma habitação alvará de Licença de Obras n.º. 419/04, composta por r/c (117,62 m2 de área) e andar (171,24 m2 de área) com área total de 288,86 m2, sita em Santo António de Monforte, na Freguesia de Aguas Frias, em Chaves.-----

Através do requerimento n.º 89/18 o requerente vem solicitar a legalização obras de alteração referentes à habitação licenciada sob o n.º 419/04, sita em Santo António de Monforte, na Freguesia¹⁷ de Santo António de Monforte, em Chaves, estando o prédio urbano omissa na Conservatória de Registo Predial, e inscrito na matriz das Finanças sob o artigo Provisório P1469.-----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 09 de 02/03/2018, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

II – Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de legalização de uma habitação, sita em Santo António de Monforte, na Freguesia de Santo António de Monforte, em Chaves.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo – Proc.º n.º 502/04 – o edifício situa-se de acordo com o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----

3.2- Normas Legais em Vigor – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 502/04 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE).-----

3.3- Suspensão de procedimentos urbanísticos consubstanciados na alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal, o qual se encontra aprovado, aguardando a sua publicação em Diário da Republica.-----

IV – Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º89/18, apresenta pedido de legalização de obras levadas a efeito na sua habitação. A construção inicial foi objeto de licença de obras n.º419/04. As alterações

¹⁷ A Freguesia foi objeto de alteração de Aguas Frias para Santo António de Monforte-----

efetuadas foram *construídas ao abrigo de legislação anterior* - mas sem controlo prévio.-----

A matriz urbana, refere artigo P1469 com a seguinte descrição:-----

Área total = 108,75 m2-----

Área de Implantação =108,75 m2-----

Área bruta de construção =243,35 m2-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente foi inscrita em 1977;-----

►Que a edificação em causa foi objeto de reconstrução com emissão de licença de obras n.º 419/04 e área total de construção 288,86 m2;----

►A intervenção baseia-se na legalização de obras interiores, sem necessidade de execução de obras e com área de construção inferior à licenciada;-----

►Que a construção existente está dentro do perímetro de construção de Santo António de Monforte;-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 89/18 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RRMUE,-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE, nem de aumento de área de construção, pelo contrario existe uma diminuição da área total, dado que a pretensão apenas possui uma área global de 243,55 m2 face à ficha de medição.-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril.

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 09/2018, nada a opor à sua legalização.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Nos termos da informação nº1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19 do Regulamento do PDM na versão em vigor e na proposta de alteração que se encontra em discussão pública, dado que não existe aumento de área de construção relativamente ao processo licenciado, mas sim uma ligeira diminuição.-----

►As obras a legalizar, são obras nas fachadas e a nível de interiores. Informa-se contudo que a:-----

1- A construção inicial e sobre a qual recaiu o alvará de licença de obras n.º 419/2004 possui documento comprovativo da titularidade do prédio urbano com artigo matricial n.º 391 e registado na conservatória

de registo predial sob o n.º 02283/230903 em nome de Maria Helena Alves.-----

2- No projeto de arquitetura apresentado- alterações ao alvará de L.O.n.º 419/2004- consta um documento da titularidade do prédio, certidão de teor matricial na qual refere artigo provisório P1469 em nome da Maria Helena Alves com a seguinte descrição:-----

Área total de Terreno - 108,75 m2-----

Área de Implantação -108,75 m2-----

Área bruta de construção 243,35 m2, sendo a data de inscrição do prédio na matriz em 1977.-----

3- A construção inicial, referia-se ainda, a uma reconstrução com área de 288,86 m2 (área de implantação de 117,62 m2 e composta por 2 pisos);

4- Assim, sendo, constata-se haver umas discrepâncias nas correspondências dos artigos matriciais, as quais, de acordo com o teor do requerimento n.º 583/18 poderão ser sanadas, em virtude de ter havido um lapso na conservatória de registo predial e neste momento o artigo 391 se encontrar registado na conservatória em dois titulares diferentes, e não ser possível fazer essa alteração sem o alvará de licença de utilização.-----

5- Neste enfoque e fazendo fé no descrito no retrocitado requerimento, julga-se salvo melhor opinião, que se aceite para aprovação a certidão de teor matricial que consta do processo/projecto de alterações agora apresentado.-----

6- Após a emissão da autorização de utilização, deverá a requerente vir a processo apresentar a certidão de registo predial com o artigo urbano inscrito. -----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente- obras no interior da moradia (L.O. n.º 419/04).-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da habitação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do titulo/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respetivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de uma da habitação, a qual já foi objeto de calculo de taxas aquando da emissão do alvará de licença de construção n.º 419/04, enquadra-se no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento n.º 314/2010 (RLCTOU), estando isentas do cálculo das respetivas taxas de infra-estruturas urbanísticas.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
	TOTAL-1			62,90 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
a)	Habitação unifamiliar	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL-2			65,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	27,55 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
	TOTAL-3			38,35 €

TOTAL-1			62,90 €
TOTAL-2			65,85 €
TOTAL-3			38,35 €
VALOR GLOBAL			167,10 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. AMPLIAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 362/17 - MANUEL JOAQUIM DA COSTA - S. CORNÉLIO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVANCAS E RORIZ - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 19.03.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Introdução-----

1.1. Pretensão do requerente-----

Através do requerimento n.º 1269/17, referente ao processo n.º 362/17 o Sr.º Manuel Joaquim da Costa, solicita, nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação (doravante designado por RJUE), a legalização da obra de ampliação a um imóvel destinado a moradia unifamiliar que carece ainda de obras de construção, situada no Lugar de S. Cornélio, freguesia de Travancas. O requerente completou ainda o pedido por requerimento nº2198/17.----

1.2. Localização-----

O prédio, situado no Lugar de S. Cornélio, freguesia de Travancas, sobre o qual recaiu a presente operação urbanística encontra-se descrito na Conservatória do registo predial de Chaves sob o n.º 130/19860312 e nº33/19860312 e com inscrição na matriz urbana sob o artigo n.º P859 da mesma freguesia (este artigo prevê a anexação dos prédio previstos nas certidões do registo predial acima referenciadas). Pela descrição na certidão da conservatória verifica-se que o prédio com a área de 950m2 possui uma edificação com 205m2--

1.3. Antecedentes-----

Existe o processo nº98/FIS/2016 referente à ficha de acompanhamento de operação urbanística donde é relatada que o Sr. Manuel Joaquim Costa levou a efeito a reconstrução de uma casa de habitação sem qualquer controlo urbanístico, estando a mesma concluída.-----

2. Enquadramento da pretensão-----

2.1. - No Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º- A do RJUE-----

2.2. - Nos Regulamentos Municipais-----

O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se ainda que nos termos do disposto no seu nº13 a operação urbanística objeto de legalização que carece de obras deverá ser titulada por alvará de licença especial de legalização.-----

2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as

plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, constata-se, o prédio a que se reporta o pedido em análise insere-se em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados.-----

De acordo com a publicação em Diário da República, de 03 de janeiro de 2018, do aviso nº155/2018- por motivo de alteração do PDM de Chaves foi aberta o período de discussão publica pelo prazo de 30 dias seguidos a contar do dia seguinte à sua publicação que terá entre outros os seguintes efeitos : "... Nas áreas a abranger por novas regras urbanísticas constantes de plano municipal de ordenamento do território, os procedimentos de informação prévia, de comunicação prévia e de licenciamento ficam suspensos, a partir da data fixada para o início do período de discussão pública e até à data da entrada em vigor daqueles planos.-----

Por informação nº1/SPMOT/2018 com concordância superior por parte do Sr. Presidente da Câmara, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão. -----

Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação acima citada é considerado poder ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos, permitindo o seu prosseguimento, "os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor".-----

3. Análise -----

3.1. Análise da instrução do processo -----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização.-----

3.2. Análise do pedido-----

É pretensão do requerente a legalização de obras de ampliação/alteração de um imóvel preexistente de r/chão com uma área de 205m2.-----

A ampliação à preexistência e que agora se pretende legalizar, traduz-se numa área de 261.59m2, distribuída por 2 pisos acima da cota de soleira em relação à rua do fonte -r/c alto mais sótão e em relação à rua do tanque três pisos -r/c baixo, r/c alto e sótão numa cércea da de 7.5metros advindo que a área do edifício passa a ser de 466.59m2 (205m2+261.59m2).-----

Dado que o prédio rustico possui uma área de 950m2, o índice de construção é de $I_c = 466.59/900 = 0.49m^2/m^2$.-----

Constata-se que os parametros urbanisticos associados á edificação vão ao encontro dos parametros urbanisticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor ($I_c \leq 0.50$) e na proposta de alteração que se encontra em discução publica ($I_c \leq 0.8$).-----

Mais se refere que:-----

A implantação da construção encontra-se toda em espaço urbano e a uma distancia do caminho publico inferior a 30m.-----

É prevista a criação de três lugares de estacionamento dentro do perímetro do terreno cumprindo o previsto no ponto 1 e nas alíneas a) e b) do ponto 3 do Regulamento do PDM.-----

Por leitura da memoria descritiva, fotografias anexadas e auto de vistoria abaixo identificado verifica-se que existem trabalhos de construção civil de forma a que a obra seja concluída. De forma a concluir as obras o requerente apresenta uma calendarização de 60 dias e uma estimativa de 15000 euros.-----

3.3. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutoriamente o procedimento de legalização.-----

A 9 de novembro último foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas deficiências que se encontram retratadas no auto de vistoria n.º159, onde se descreve no seu ponto 1 a necessidade de obras de acabamento.-----

4. Parecer/conclusão-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 9 de novembro foi constatado haver necessidade de executar obras para de acabamentos -----

5. Proposta de decisão-----

Pelo exposto, no ponto 3 e 4 da presente informação propõe-se a aprovação do projeto de arquitetura, bem como o deferimento do pedido de **licenciamento especial de legalização** no referente à edificação supra identificado.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de **licenciamento especial de legalização**, o interessado dispõe o requerente do prazo de 30 dias para requerer e emissão do **respetivo alvará de licenciamento especial de legalização**, nos termos do nº14 do artigo 73-C do RMUE, devendo para o efeito anexar os elementos constantes no n.º 1 do art.º 3 da Portaria n.º 216- E/2008, de 3 de Março -----

- conformidade com o Regulamento de liquidação e cobrança de taxas municipais devidas pela realização de operações urbanísticas para o concelho de Chaves, foi efetivada a sua liquidação de acordo com mapa de medição em anexo no valor de **1.438,19 €**-----

Anexo :Calculo do valor das taxas municipais-----

- Cálculo das taxas administrativas-(TA)-----

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção IV	EMISSION DE TITULO			
Artigo 66.º	Licença ou admissão de comunicação prévia em obras de edificação			
n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1		64,85 €
n.º 2	Para habitação uni-familiar e bi-familiar, por fogo			
b)	De 251 m2 a 500 m2	1	86,45 €	86,45 €
n.º 16	Prazo de execução da obra, por cada mês ou fracção	6	11,85 €	71,10 €

	TOTAL			222,40 €
--	-------	--	--	----------

- Cálculo das taxas de infraestruturas-TI -Rua da Fonte e rua do Tanque numa extensão total de 64.5 metros e largura de 3.8metros-----

	Taxa de infraestruturas urbanísticas (TI)				
QUADRO I			custos (C)		Ci/m
		s/n	larg.	C/m	C/m2
	Faixa de rodagem				
	- Granito (calçada a cubos)		3.8		13.08
REDE DE ÁGUA		1		21.61	21.61
	C - custo das obras existentes na via pública / m- €/m				54.02
	m - frente do terreno que confronta com a via pública				64.5
	Moradia unifamiliar - alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º				
					T = 1149.94€

Valor total das taxas

taxas administrativas-TA	222,40 €
taxas de infraestruturas-TI	1.149,94 €
taxas de vistorias TV	65,85 €
Valor total	1.438,19 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.23. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.03.23. -----

À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 378/17 - JOÃO SANTOS CHAVES - LUGAR DE VINHAS VELHAS, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 27.03.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de uma habitação, sita no lugar de Vinhas Velhas, Travessa dos Passadouros, em Santa Cruz, Freguesia de Outeiro Seco. -----

II- Enquadramento Urbanístico-----

2.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 378/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, e na Categoria 1.1- Cidade de Chaves. -----

2.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 378/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/2015 de 22 de Outubro (RMUE). -

2.3- Suspensão de procedimentos urbanísticos no período de discussão pública do PDM -Plano Diretor Municipal até à data da sua entrada em vigor.-----

III - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º 971/17, apresenta pedido de legalização de obras de da edificação existente e construída ao abrigo de legislação anterior.-----

A certidão de registo predial, registo n.º2736/20011207 refere artigo rustico n.º 4789 com a seguinte descrição:-----

Área total = 615,0 m2-----

Área descoberta =615,00 m2-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

A área que se encontra no perímetro urbano, face ao PDM, é a área total de terreno de 615,00 m2, e pretende legalizar a área de 288.35,00 m2, distribuída por 2 pisos, no qual o r/c com 89,40 m2 e andar com 198,95 m2.-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação existe à vários anos;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da habitação, na sua totalidade;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção da cidade de Chaves.-----

IV - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 971/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE.-----

Neste enfoque, dado que a legalização da edificação que se pretende de acordo com o descrito na memória descritiva e justificativa refere:

"A legalização prende-se com a Habitação composta por 2 pisos, r/c e andar com área de 198,95 m2"-----

A área que se encontra no perímetro urbano, face ao PDM, é a área total do terreno, 615,00 m2, que aplicando o índice proposto para o local, $I_c = 0,5 \text{ m}^2/\text{m}^2$, poderá edificar uma área máxima de 307,50 m2.--

O projecto de arquitectura apresentado refere na memória descritiva e justificativa, edificação uma área total de construção de 198,95m2, respeitando assim a área máxima admissível.-----

Mais informa que não consubstancia obras, a sua legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. No processo em causa encontra-se o projecto de arquitectura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

O procedimento de legalização da edificação é precedida de **Vistoria Municipal**, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 73-C.---
Da realização da referida Vistoria foi lavrado o respectivo auto de vistoria n.º 150 (que consta anexo ao processo), que tem como objectivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objectivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham instrutóriamente o procedimento de legalização.-----

De acordo com as razões de facto enunciadas a legalização da operação urbanística - edificação - não consubstancia obras, pelo que a sua **legalização é titulada por autorização de utilização**, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 73º- C do RMUE, não se vendo qualquer inconveniente na sua emissão.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Nos termos da informação nº1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19 do Regulamento do PDM na versão em vigor e na proposta de alteração que se encontra para publicação em Diário da Republica,

V - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da habitação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do titulo/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VI - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no n.º 3 do artigo 2 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves. Acresce que a taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas é devida, sempre que, pela sua natureza, impliquem um acréscimo de encargos públicos de realização, manutenção e reforço das respectivas infra-estruturas, conforme o disposto no n.º 1 do art.23 do Regulamento nº 314/2010 (RLCTOU)-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de edificação, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver título de licença de construção, dado que a edificação está executada e não necessita de obras, a mesma implica acréscimos de encargos para a manutenção e reforço das referidas infra-estruturas, pelo que foi elaborada e calculadas as respectivas taxas de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infraestruturas urbanísticas (T)						
QUADRO I				custos (C)		
		s/n	larg.	C/m	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem					
	- Semipenetração betuminosa	/	1		14,21	14,21 €/m
	- Betão betuminoso	/	0		19,33	0,00 €/m
	- Granito (calçada a cubos)	/	0		13,08	0,00 €/m
REDE DE ÁGUA		1	/	21,61		21,61 €/m
REDE DE ESGOTOS		1	/	34,12		34,12 €/m
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		1	/	45,49		45,49 €/m

C - custo das obras existentes na via pública / m	101,22 €/m
m - frente do terreno que confronta com a via pública	52,75

Moradia unifamiliar

- alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º

T = C x m x 0,25	TOTAL =	1.334,84	€
------------------	---------	----------	---

VII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efectivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €

n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
	TOTAL-1			62,90 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	54,00 €	54,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção	1	11,85 €	11,85 €
	TOTAL-2			65,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	28,10 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
	TOTAL-3			38,90 €

TOTAL-1			62,90 €
TOTAL-2			65,85 €
TOTAL-3			38,90 €
VALOR GLOBAL			104,75 €

VIII - Proposta de Decisão-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de emissão de autorização de utilização referente à legalização de habitação unifamiliar em virtude do pedido de operação urbanística apresentado nesta edilidade através do requerimento n.º 611/18, não consubstancia a necessidade de efectuar quaisquer obras de correcção ou adaptação no edifício, pelo que a decisão final, pronuncia -se, **simultaneamente**, sobre as **obras** e sobre a **utilização** do edifício.----
 Caso seja deliberado deferir o pedido supra, deverá o interessado requerer no prazo máximo de 1 ano a emissão do respectivo alvará conforme o disposto no n.º1 do artigo 76 do RJUE.-----
 A Camara possui o prazo de 10 dias, após apresentação do requerimento do interessado, para a emissão do respectivo alvará, conforme o disposto no n.º4 do artigo 76 e n.º1 do artigo 64 do RJUE e desde que se mostrem pagas as **taxas no valor de 1439,59 €.** -----
 À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. AMPLIAÇÃO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 506/17 - EDUARDO MORAIS - BAIRRO DO OUTEIRO DA CRUZ, CASAS NOVAS, FREGUESIA DE REDONDELO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 02.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

A construção inicial foi objecto de licença de obras de n.º 68/89, composta por r/c e andar com área de construção de 112,70 m2, em nome de Eduardo Morais, sita no Bairro de Outeiro da Cruz, Casas Novas e freguesia de Redondelo, em Chaves.-----

II - Introdução-----

Através do requerimento n.º 1282/17 o requerente vem solicitar a legalização de uma ampliação, referente a uma edificação licenciada sob o n.º 68/89, sita no Bairro de Outeiro da Cruz, na freguesia de Redondelo.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 506/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 506/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE). ---

3.3- Suspensão de procedimentos urbanísticos no período de discussão pública do PDM -Plano Director Municipal até à data da sua entrada em vigor.-----

3.3.1- Face à informação nº1/SPMOT/2018 superiormente sancionada, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão.-----

3.3.2- Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação supra referida, julga-se salvo melhor opinião, que poderá ser levantada a suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal, permitindo os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor; -----

3.3.3- Estas situações, interpretadas à luz do princípio da proporcionalidade, nos termos do qual um procedimento cujo pedido não terá, ao abrigo das novas regras, uma decisão diferente daquela que decorre das regras urbanísticas em vigor, não deve permanecer suspenso, quer se trate de:-----

"Deferimento do pedido - na mesma linha de raciocínio, se o plano vigente e o plano colocado em discussão pública determinarem o deferimento do pedido, considera-se que deverá ser levantada a suspensão de procedimentos."-----

IV - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º 1282/17, apresenta pedido de Regularização/ legalização de obras de ampliação uma habitação unifamiliar e construída ao abrigo de legislação anterior - e não se encontra descrita no registo predial.-----

A matriz urbana, refere artigo 611 com a seguinte descrição:-----

Área total = 246,00 m2-----

Área de Implantação =46,00 m2-----

Área bruta de construção =92,00 m2-----

A parte urbana é composta de r/c e andar com área total de construção de 100,85 m2 -----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente foi inscrita nas finanças em 1987;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da ampliação da habitação----

►A intervenção a legalizar não necessita de qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Casas Novas -Redondelo.;-----

O projeto de arquitetura apresentado refere na memória descritiva e justificativa, com área de construção de 100,85m2, de r/c e andar. A ampliação de 8,85 m2, perfaz uma área de 109,70 m2 inferior à área já licenciada, que foi de 112.70 m2, cumprimento do índice de construção de 0,5 m2/m2 proposto na alínea a) do n.º2 do artigo 19 do regulamento do PDM.-----

O projeto de arquitetura apresentado não colide com nem com o Reg. do PDM em vigor, nem com a proposta de regulamento do PDM colocado em discussão pública.-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1282/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RMUE,-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RMUE. A legalização prende-se com uma ampliação da edificação numa área de 8.85 m2.-----

No processo em causa encontra-se o projecto de arquitectura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 146/17, no qual refere no ponto 3 que " Existe ao nível do andar, na cozinha do imóvel, um esquentador, não representado em projecto sem saída de gases para o exterior, ainda um fogão sem dispositivo de evacuação de fumos."-----

Através do requerimento n.º 2083/17 o requerente vem apresentar certidão negativa do registo predial do prédio urbano inscrito na matriz sob o n.º 611 e planta do andar, com as alterações solicitadas no auto de vistoria 146, n.º4.-----

No processo em causa encontra-se o projeto de arquitetura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

A proposta de alteração do regulamento do PDM não representa qualquer modificação ao nível do ordenamento do território municipal, mantendo-se a sua repartição nas classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante dos solos e traduzida graficamente nas plantas de ordenamento, em conformidade com o estabelecido no artigo 7.º do Regulamento do PDM.-----

Pela tabela abaixo pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação **cumprem** os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor e **cumpe** na proposta de alteração que se encontra em discussão pública;-----

Artigo 19º do regulamento do PDM		n.º 2 (regras de edificabilidade)	
	Parametros da edificação	Em vigor	Proposta de alteração
IC (m2/m2)	0.35	≤ 0.5	≤ 0.8
Cercea (m)	5,75	≤ 7.5	≤ 7.5
n.º pisos	2 (0 abaixo da cota de soleira)		≤ 2 (acima da cota de soleira)

Estas situações, interpretadas à luz do princípio da proporcionalidade, nos termos do qual um procedimento cujo pedido não terá, ao abrigo das novas regras, uma decisão diferente daquela que decorre das regras urbanísticas em vigor, não deve permanecer suspenso.-----

Em termos materiais, considerar a exclusão do âmbito de aplicação da suspensão, de todos os procedimentos relativos a operações urbanísticas sobre as quais não se aplicam as alterações ao regulamento do PDM colocado a discussão pública, quer porque a lei assim o determina expressamente, quer porque tal decorre da aplicação de princípios gerais de direito administrativo,-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Nos termos da informação nº1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19º do Regulamento do PDM na versão em vigor e **cumprem na proposta de alteração que se encontra em discussão pública.**-----

Assim, **a Câmara Municipal, pode deliberar proceder ao levantamento da suspensão**, permitindo o prosseguimento do procedimento, sempre que à luz do plano em vigor e à luz do plano em discussão pública a decisão seja igual, caso em que a decisão de deferimento é definitiva;

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a decisão de levantamento da suspensão deste procedimento e, neste seguimento, a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da edificação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que o título/autorização de utilização deverá mencionar expressamente que a Legalização das obras de ampliação foram sujeitas a um procedimento especial de legalização, ficando condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de uma da habitação, a qual já foi objeto de calculo de taxas aquando da emissão do alvará de licença de construção n.º 68/89, enquadra-se no n.º 2 do artigo 23 do Regulamento nº 314/2010 (RLCTOU), estando isentas do cálculo das respectivas taxas de infra-estruturas urbanísticas.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
nº1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	56,20 €	56,20 €
n.º2	Acresce para habitação, por fogo	1	6,70 €	6,70 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	0	3,30 €	0,00 €
	TOTAL-1			62,90 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	2	54,00 €	108,00 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			

b)	Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fração	1	11,85 €	11,85 €
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	0	54,00 €	0,00 €
	TOTAL-2			119,85 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			
n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	28,10 €	27,55 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1	1	10,80 €	10,80 €
	TOTAL-3			38,35 €

TOTAL-1			62,90 €
TOTAL-2			119,85 €
TOTAL-3			38,35 €
VALOR GLOBAL			158,20 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 06.03.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido e atento o teor do Despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no pretérito dia 10 de janeiro, sobre a Informação n.º 1/SPMOT/2018, de 5 de janeiro, consubstanciada numa proposta de clarificação do âmbito de aplicação da medida cautelar de suspensão de procedimentos de controlo prévio no período de discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do PDM e até à data da sua entrada em vigor, consideram-se reunidas as condições para se propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o comcomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos sugeridos no ponto VI e seguintes.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI
OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES PAMUS 1.2) "- SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.-----

Foi presente a informação nº 111/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 28 de 8 de fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)".

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 5 de junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 319 940,00 € (trezentos e dezanove mil novecentos e quarenta euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 19 de junho de 2017 -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 28 de junho de 2017.

6. A entidade executante vem, através de ofício registado nos serviços de expediente geral com o n.º 2671, em 27/03/2018, solicitar a suspensão parcial dos trabalhos, mais concretamente, a aplicação de massas betuminosas a quente, para execução da camada de desgaste no arruamento e a sinalização horizontal, alegando para o efeito, as condições atmosféricas adversas que se têm feito sentir, nos meses de fevereiro e março, que não permitem a colocação das massas betuminosas a quente, em conformidade com as regras de bem construir. Logo que haja melhoria e estabilização das condições atmosféricas, serão disponibilizados de imediato, todos os meios necessários para a execução dos referidos trabalhos -----

II - Fundamentação -----

1. A empreitada consiste na requalificação da Av. Irmãos Rui e Garcia Lopes, promovendo-se um novo desenho viário, com principal destaque, para a substituição dos pavimentos existentes, tanto nas zonas pedonais como nas zonas de circulação automóvel. -----

2. Os trabalhos que fazem parte da empreitada encontram-se concluídos, com exceção, da pavimentação da camada de desgaste no arruamento, com misturas betuminosas a quente e consequentemente a pintura horizontal da sinalização de trânsito. No respetivo plano de trabalhos, pela especificidade que as caracteriza, estas tarefas seriam as últimas a executar, ou seja, durante o mês de fevereiro. -----

3. Relativamente a estes trabalhos, prevê o Caderno de Encargos que, a temperatura de compactação das misturas betuminosas a quente, seja da ordem do 140-160° e que esta operação não seja efetuada com

temperaturas do ar inferiores a 10° centígrados, tempo chuvoso ou velocidades do vento excessivas (superiores a 30 km/h). -----

4. Desde o mês de fevereiro até à presente data, as condições atmosféricas, características desta época do ano, inverno, não reuniram as condições necessárias, que permitem a correta aplicação de misturas betuminosas a quente. Verificaram-se temperaturas inferiores a 10° centígrados, amplitudes térmicas elevadas e precipitações abundantes e continuas. -----

5. Tendo em consideração o exposto, dado que, devido às condições atmosféricas adversas, desfavoráveis para a execução dos trabalhos de pavimentação, com misturas betuminosas a quente, não deve ser imputada à entidade executante, a responsabilidade da não execução do trabalho dentro do prazo previsto no plano de trabalhos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1. Face ao exposto e salvo melhor opinião, em coerência com as razões de facto em cima enunciadas, propõe-se ao órgão executivo, autorizar a suspensão dos trabalhos da empreitada, com efeitos retroativos à data de 16 de fevereiro do presente ano, altura em que se encontravam concluídos todos os restantes trabalhos, até que se encontrem reunidas as condições atmosféricas necessárias à correta execução dos trabalhos pendentes. -----

2. Face ao disposto na legislação em vigor, o pedido de suspensão apenas poderá ser deferido nas condições mencionadas no artigo nº367 do CCP, ou seja, desde que não implique assunção de quaisquer encargos por parte deste Município. Do mesmo modo, tratando-se de uma via de comunicação, em uso, é da exclusiva responsabilidade da entidade executante, manter em condições de segurança, tanto a circulação automóvel como pedonal, no respeitante ao contrato da empreitada, no período de suspensão dos trabalhos. -----

3. Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificada a entidade executante da decisão tomada, para se proceder à outorga do auto de suspensão nos termos da presente informação. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Publicas, 28 de março de 2018 -----
(Madalena Branco, Eng.ª) -----

DESPACHO DA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA AUSÊNCIA DA CHEFE DE DIVISÃO, FERNANDA SERRADE, DE 2018.03.29. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2018.

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SINOP - ANTONIO MOREIRA DOS SANTOS, S.A., no valor de

38.350,00 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €38.350,00 (Trinta e oito mil, trezentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - DANOS EM VIATURA AUDI - REQUERENTE: FÁBIO JOEL TEIXEIRA FERREIRA - INFORMAÇÃO 38/UFRO/2018.

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

6. INTRODUÇÃO-----

Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços administrativos competentes deste Município, sob o n.º 2218, datado do pretérito dia 2018/03/13, o Sr. Fábio Joel Teixeira Ferreira, com residência no Bairro da Traslar, Bloco L, n.º26 R/c Esquerdo, 5400-581 Vilar de Nantes, solicita indemnização, por danos sofridos na viatura supracitada, no dia 11 de março de 2018 no Rua da Rainha D. Mafalda.-----

2. PARECER-----

O requerente, descreve que circulava na referida via (sentido Vilar de Nantes - Chaves), quando passou por cima de um sinal que se encontrava tombado na via, provocando-lhe o rebentamento dos dois pneus do lado lateral direito. -----

O requerente refere, que chamou ao local a Policia de Segurança Pública, no entanto, não apresentou nestes serviços a participação emitida por esta entidade.-----

Não apresenta também, cópia dos documentos da viatura, nem refere qual a matrícula da viatura.-----

As fotos apresentadas pelo requerente, não elucidam o sucedido, pois, são fotos a preto e branco, focadas nos danos, não representando o panorama do episódio.-----

Apresenta orçamento de substituição de três pneus num valor total com iva de 192,50€ (cento e noventa e dois euros e cinquenta cêntimos).--
Face ao exposto, esta unidade informa o seguinte:-----

1 - No referido local, a Divisão de Águas e Resíduos, procedeu à reparação de uma rotura na rede de abastecimento de água, pelo que houve necessidade de abertura de uma vala, a intervenção incidindo na maioria da sua extensão, em passeio tendo alastrado um pouco para a faixa de rodagem, devido à necessidade de levantamento dos lancis aí existentes.-----

Após reparação da fuga e posterior tapamento da vala, o local foi sinalizado com um sinal de perigo "AT9 - sinal de estreitamento de via à direita", colocado este em tripé metálico.-----

A Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, não tinha conhecimento nem foi informado que o referido sinal, estava caído na via, nem este Município tem meios suficientes para vigiar ou estar de imediato nos locais onde surgem tais ocorrências, pois a rede viária deste concelho é extensa;-----

2 - Compreende-se, que à hora do sucedido (19:20h), a visibilidade para o condutor não seja a melhor, mas a via em causa, permite que o condutor circulando a uma velocidade moderada e adequada às circunstâncias do tempo/visibilidade/piso, respeitando as regras impostas pelo Código da Estrada, pode evitar/avistar atempadamente obstáculos que aí se revelem;-----

3 - De acordo com o Código da Estrada, o condutor, deve regular a velocidade do seu veículo em função das características e estado da via, do veículo, da carga transportada, das condições meteorológicas ou ambientais, da intensidade do trânsito e em função de quaisquer outras circunstâncias, que lhe permitam em condições de segurança, parar o seu veículo no espaço livre e visível à sua frente;-----

4 - Para o Município ser responsabilizado, não basta a confirmação de deficiências / objetos espalhados na via, uma vez que não constitui, por si só, base factual suficiente para a condenação do Município, faltando além do mais, provar o nexo de causalidade adequada, tanto mais, que o referido sinal é de um tamanho considerável;-----

5 - A apresentação de orçamento de reparação dos danos, não pode constituir elemento probatório suficiente para imputar responsabilidade civil extracontratual ao Município, quer por acção, quer por omissão de conduta de vida.-----

Assim, não decorre qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados na viatura.-----

3.CONCLUSÃO FINAL-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a)Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de decisão consubstanciada na intenção de indeferir o pedido do interessado, pelas razões anteriormente expostas;-----

b)No cumprimento do disposto no art. 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao ora peticionário vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado;-----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do previsto no art. 114º do CPA, da decisão definitiva que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação.-----

À consideração superior,-----
21/03/2018-----

O Chefe de Divisão-----
(Inácio Morais, Eng.º)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. LEI N. 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGENS DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA NO DIA 21/12/2016. INFORMAÇÃO 05/sc/dgf/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

1. Antecedentes e justificação -----

- Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 6º da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22º do decreto-lei nº197/99 de 8 de junho, a Assembleia Municipal aprovou a autorização genérica para dispensa de autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos seguintes casos: -----

- Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

- Considerando que, em todas as sessões do órgão deliberativo, deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária, no dia 21 de dezembro de 2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017.

2. Da Proposta em sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: ----
a) Que seja dado conhecimento ao órgão executivo municipal, em sede da próxima reunião ordinária, da listagem enunciada, e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido, denominada "Listagem de compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal"; -----
b) Sequencialmente, e dando execução ao ato de autorização genérica prestado, oportunamente, pela Assembleia Municipal, sobre a matéria em apreciação, deverá o mesmo documento ser levado ao conhecimento do aludido órgão deliberativo na sua próxima sessão ordinária, a ter lugar no mês de abril. -----
À consideração superior. -----
Chaves, 26 de março de 2018 -----
A Coordenadora Técnica -----
(Susana Borges) -----

INFORMAÇÃO Nº5/SC/2018-----
LISTAGEM DE CONTRATOS CELEBRADOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA
GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES-----

Adjudicatário	Designação do contrato	Valor	Tipo de procedimento	Data celebração/renovação do contrato	Fim do contrato/r enovação
I.E.P. - Instituto Eletrotécnico Português	Renovação do contrato de prestação de serviços para a realização de inspeções periódicas, reinspeções e inspeções extraordinárias a ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes	4.342,50	Ajuste Direto	23.12.2017	23.12.2018
Petro Vilarandelo - Combustíveis, Lubrificantes e Derivados, Lda.	Celebração de contrato para aquisição de gasóleo para aquecimento das escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Chaves - ano letivo 2017/2018	19.920,30	Ajuste Direto	29.11.2017	22.06.2018
TARH - Terra, Ambiente e Recursos Hídricos, Lda.	Celebração de contrato de prestação de serviços de direção técnica de exploração da concessão hidromineral e geotérmica de Chaves	36.432,00	Ajuste Direto	29.12.2017	29.12.2020 (a)

NRV - Consultores de Engenharia, S.A.	Celebração de contrato de aquisição de serviços tendentes à elaboração do projeto do restabelecimento da ciclovia Chaves-Vidago	29.500,00	Ajuste Direto	18.12.2017	17.01.2018
César Miguel de Jesus Gonçalves	Celebração de contrato de aquisição de serviços para a elaboração do projeto para reabilitação do edifício da antiga cantina da UTAD para instalação de um centro cívico	7.500,00	Ajuste Direto	21.12.2017	05.02.2018

(a) De acordo com o nº1 da cláusula 3ª do contrato, o contrato terá a duração de um ano, com a possibilidade de renovação automática até ao limite de três anos, se nenhuma das partes o denunciar.-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA, DRA. MÁRCIA SANTOS DE 2018.03.22. -----

Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares aplicáveis sobre a matéria. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 - À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. 3.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REGRA DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL NAS MODIFICAÇÕES. INFORMAÇÃO 13/DGF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I-Enquadramento-----

Considerando, o art. 40º da Lei n.º 73/2013, de 3/set (RFALEI) 1, sob a epígrafe " Equilíbrio orçamental ", prevê-se o seguinte:-----

1-Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.-----

2-Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.-----

3-O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.-----

4-Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.-----

II - Fundamentação

Considerando, que, independentemente da terminologia adotada nas normas citadas, o cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, nos momentos seguintes: -----

1-No momento da elaboração do orçamento, em mapa (com um conteúdo que permita aferir a situação em termos da regra de equilíbrio - cfr. infra) a integrar o documento previsto no artigo 46.º, n.º1, al. a), do RFALEI;-----

2-Quando da elaboração de eventuais modificações, em mapa específico (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) que deve acompanhar e integrar a respetiva proposta apresentada, no caso, o Presidente da Câmara, com competências delegadas, para aprovação;----

3-Ao nível da execução orçamental, em mapa (com um conteúdo idêntico ao referido anteriormente) a incluir no relatório de gestão que integra os documentos de prestação de contas.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito

Face ao exposto, a seguir se traduz em quadro de monitorização, do aludido art-º 40º, o cumprimento de tal regra à data atual.-----

Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro		
Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais		
Regra do Equilíbrio art.º 40º		
	Valor	Validação
Receita Corrente bruta	33.423.471,04	Cumpre
Despesa corrente	23.971.967,09	
Amortizações médias de empréstimos M/L prazo	2.940.158,86	
Apuramento do saldo corrente		
Receita corrente cobrada (1)	33.423.471,04	
Despesa corrente paga (2)	23.971.967,09	
Saldo Corrente (3)=(1)-(2)	9.451.503,95	
Amortizações previstas (4)	3.088.789,08	
Saldo Corrente deduzido pelas Amortizações (5)=(3)-(4)	6.362.714,87	
Total das receitas correntes totais (6)	33.423.471,04	
5% das receitas correntes totais (7)=(6)x5%	1.671.173,55	

Chaves, 2 de março de 2018-----

A Chefe da DGF-----

(Márcia Santos, Dra.ª) -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.04.02. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 02.04.2018 -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. REQUALIFICAÇÃO DAS AVENIDAS DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, XAVIER TEIXEIRA E RAPOSEIRA; DAS RUAS LINHA DO COMBOIO E AREGOS E DO VIADUTO DA RAPOSEIRA (PAMUS 1.5, 3.2 E 3.4)" - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000124 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO-INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº28/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 28.03.2018.-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1.Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada "Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira; das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)". -----

1.2.Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 14 de março de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1.A operação consubstancia a intervenção de "Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira; das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)", localizada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

2.2.Com a referida intervenção pretende-se adaptar 1,387 km da rede viária urbana concelhia aos modos suaves de mobilidade, numa área intervencionada de 18.823 m2, dos quais 9.811 m2, serão destinados aos modos suaves de mobilidade (pedonal). -----

2.3.Esta requalificação, no espaço urbano, prevê a atribuição de um novo desenho viário, com o objetivo principal de destacar os espaços de circulação pedonal, ordenando os espaços de circulação automóvel e estacionamento de forma a criar melhores condições de acessibilidade, comodidade e segurança dos utilizadores. Desta forma, pretende-se melhorar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, incentivando a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente para a diminuição das emissões de CO2. Com esta intervenção serão mantidas todas as árvores existentes, sendo propostas novas árvores na continuidade dos alinhamentos arbóreos existentes. -----

2.4.Considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactos positivos no que respeita à redução da utilização dos meios

motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa. Por outro lado, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal prevendo-se, neste sentido, benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----

2.5. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 958 872,74 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 283 275,36 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 675 597,38 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 574 257,77 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 384.614,97 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.7. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,60 pontos. -----

2.8. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, resultaram reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 4. Elegibilidade das Despesas e Análise Financeira do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 958 872,74 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 322 319,49 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 636 553,25 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível) -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 541 070,26 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 417.802,48 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.9. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.10. Perante estes factos os serviços técnicos da DSC analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no ponto 2.8 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e considerando a importância que a intervenção de Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira; das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira terá: -----

- i) Na redução da utilização de meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa; -----

ii) No aumento da atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal e clicável com benefícios claros para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano;
 iii) No contributo para uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves, -----
 propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes estabelecidos pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação, e caso a presente proposta venha a ter acolhimento superior, deverá a mesma ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido Termo de Aceitação, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo, para posterior envio para a CIMAT. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 29.03.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "*Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira; das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)*"

- Candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000124, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-06-2016-19 - "*Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)*"; -----

- Legitimizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Seguidamente, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo proferido a seguinte declaração: -----

"Ainda bem que o Executivo Municipal anterior deixou planeamento feito, acompanhado de candidaturas aprovadas com financiamento

externo, congratulando-se, assim, com o sancionamento do Termo de Aceitação.” -----

2. REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS PORTAS DO ANJO, ALFERES JOÃO BATISTA, CRUZEIRO, VISCONDESSA DO ROSÁRIO E FONTE DO LEITE (PAMUS 1.1 E 3.1)” - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000132 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº29/DSC/2018, DO ENGº PAULO VALOURA DE 28.03.2018.-----

Foi presente a informação/proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - “Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)”, o Município de Chaves apresentou, em 29 de dezembro de 2017, uma candidatura designada “Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)”. -----

1.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT), enquanto organismo intermédio da Autoridade de Gestão, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 14 de março de 2018. Com a referida comunicação foi rececionado a minuta do Termo de Aceitação, a qual deverá ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação consubstancia a intervenção de “Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)”, localizada na freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Chaves. -----

2.2. Com a referida intervenção pretende-se adaptar 1,515 km da rede viária urbana concelhia aos modos suaves de mobilidade, numa área intervencionada de 21.750 m2, dos quais 10.360 m2, serão destinados aos modos suaves de mobilidade (pedonal).-----

2.3. Esta requalificação, no espaço urbano, prevê a atribuição de um novo desenho viário, com o objetivo principal de destacar os espaços de circulação pedonal, ordenando os espaços de circulação automóvel e estacionamento de forma a criar melhores condições de acessibilidade, comodidade e segurança dos utilizadores. Desta forma, pretende-se melhorar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, incentivando a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente para a diminuição das emissões de CO2. Com esta intervenção serão mantidas as árvores existentes, sendo propostas novas árvores na continuidade dos alinhamentos arbóreos existentes. -----

2.4. Considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactos positivos no que respeita à redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa. Por outro lado, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal prevendo-se, neste sentido, benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----

2.5. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----

2.6. A submissão desta candidatura baseou-se nos seguintes valores de investimento: -----

- i) Custo Total - 1 379 698,41 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 693 494,11 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 686 204,30 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível); -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 583 273,65 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 796.424,76 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.7. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que da apreciação da candidatura e respetiva análise de mérito, por parte da Autoridade de Gestão, resultou a obtenção de uma pontuação de 3,60 pontos. -----

2.8. Verificou-se também, que da análise da referida candidatura, resultaram reajustamentos da elegibilidade de determinados trabalhos (Ponto 1. do Parecer Global, anexo à presente informação), tendo resultado numa alteração na repartição dos valores de investimento, conforme seguidamente apresentado: -----

- i) Custo Total - 1.379.698,41 euros; -----
- ii) Investimento Não Elegível - 732 980,52 euros; -----
- iii) Investimento Elegível - 646 717,89 euros; -----
- iv) Taxa de Cofinanciamento - 85% (do Investimento Elegível) -----
- v) Contribuição FEDER/FC Total - 549 710,21 euros; -----
- vi) Autarquia Local - 829.988,20 euros (15% do Investimento Elegível + Investimento Não Elegível). -----

2.9. Assim, registou-se uma diminuição da despesa considerada como inicialmente elegível (na fase de submissão da candidatura), e consequentemente, uma diminuição da contribuição FEDER proposta e um aumento do esforço financeiro do Município, para a concretização desta operação. -----

2.10. Perante estes factos os serviços técnicos da DSC analisaram o Parecer Global da candidatura, tendo-se concluído que os reajustamentos propostos, pela Autoridade de Gestão, vão de encontro à tipologia de elegibilidades previstas para a Prioridade de Investimento em que a referida candidatura se enquadra. -----

2.11. Neste contexto, cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo cofinanciamento, nos moldes apresentados no respetivo Termo de Aceitação e apresentados resumidamente no ponto 2.8 da presente informação. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e considerando a importância que a intervenção de Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite terá: -----

- i) Na redução da utilização de meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa; -----
- ii) No aumento da atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal e clicável com benefícios claros para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano; -----
- iii) No contributo para uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves, -----

propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes estabelecidos pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação, e caso a presente proposta venha a ter acolhimento superior, deverá a mesma ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido Termo de Aceitação, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo, para posterior envio para a CIMAT. -----

À consideração superior -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA DE 29.03.2018 -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo por base o âmbito da informação e as competências do órgão para a tomada de decisão sobre a matéria em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz, para que, caso concorde com o preconizado, submeta o assunto a reunião de Câmara Municipal para que o órgão executivo delibere no seguinte sentido: -----

- Aprovar o Termo de Aceitação da operação "*Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alferes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)*" - Candidatura NORTE-05-1406-FEDER-000132, candidatada no âmbito do Aviso NORTE-06-2016-19 - "*Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)*"; -----

- Legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do referido Termo de Aceitação e posterior envio para a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT). -----

Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a estratégia procedimental prevista na informação técnica. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.03.29. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 29.03.2018 -
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Seguidamente, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo proferido a seguinte declaração: -----

"Ainda bem que o Executivo Municipal anterior deixou planeamento feito, acompanhado de candidaturas aprovadas com financiamento externo, congratulando-se, assim, com o sancionamento do Termo de Aceitação." -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do

F.2

Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

; f) A instalação de vedações, mesmo que confinantes com caminho público, desde que se situem fora dos perímetros urbanos, tenham carácter ligeiro e facilmente desmontável ou removível e as ligações ao solo tenham carácter pontual, excluindo -se fundações contínuas, e cumpram as distâncias à via pública previstas na legislação e instrumentos de gestão territorial aplicáveis. 3 - Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo-----